

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO CENTRO

P. Repuber
12/10/76

MOÇÃO

Considerando que:

- 1.ª — A Constituição da República Portuguesa, garante nos seus art.ºs 56.º e 58.º a participação dos trabalhadores através da Estrutura Sindical e Comissões de Trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho.
- 2.ª — Considerando que: Segundo o comunicado oficial, o Conselho de Ministros aprovou na sua reunião de 30.9 vários projectos de diplomas legais sobre direitos dos trabalhadores.
- 3.ª — Considerando que: Tais projectos foram aprovados sem a participação organizada dos trabalhadores e o Governo nem sequer deu a conhecer os textos dos projectos ao Movimento Sindical.
- 4.ª — Considerando que: Os projectos aprovados pelo Governo versam matérias da competência legislativa reservada à Assembleia da República dado que regulamenta direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações.
- 5.ª — Considerando que: A publicação e entrada em vigor de tais projectos além de constituir uma grave violação da Constituição pelos órgãos do poder, colocaria em perigo muitas das mais importantes conquistas dos trabalhadores alcançadas após o 25 de Abril fomentando a recuperação capitalista.

OS TRABALHADORES FERROVIÁRIOS DO CENTRO REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL EM 9/10/76 DECIDEM:

- 1.ª — Repudiar como anticonstitucional tais resoluções do Governo.
- 2.ª — Exigir do Presidente da República como defensor máximo que é da Constituição a sua não promulgação.
- 3.ª — Exigir da Comissão Constitucional a declaração da inconstitucionalidade de tais resoluções.
- 4.ª — Exigir que o Governo cumpra a Constituição, apresentando os projectos que agora aprovou à Assembleia da República sob a forma de proposta de leis, possibilitando assim o exercício da competência reservada da Assembleia para legislar sobre os direitos dos trabalhadores e das suas organizações.
- 5.ª — Apoiar todas as acções unitárias a levar a cabo no âmbito do Movimento Sindical tendentes a exigir que seja respeitado o direito de participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho para o que é indispensável serem dados a conhecer os textos dos projectos ao Movimento Sindical, a começar pelos que foram agora aprovados pelo Governo.
- 6.ª — Reafirmar por outro lado a sua firme determinação de apoiar todas as medidas de recuperação económica tendente a assegurar a transição para o Socialismo e a construção de uma Sociedade sem classes, art.º 1.º e 2.º da Constituição.

MOÇÃO

- Considerando que só a unidade dos trabalhadores é barreira capaz de impedir a recuperação capitalista;
- Considerando que a unidade do Movimento Sindical e a unidade dos trabalhadores são inseparáveis;
- Considerando que a unidade só é possível de alcançar através do diálogo conjunto de todo o Movimento Sindical;
- Considerando que a atitude das direcções sindicais da chamada «Carta Aberta» em se recusar ao diálogo e à participação não contribui para a unidade do Movimento Sindical e dos trabalhadores.

OS FERROVIÁRIOS DO CENTRO REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL DECIDEM:

- 1.ª — Repudiar a actuação das direcções sindicais da chamada «Carta Aberta».
- 2.ª — Apoiar a sua direcção sindical pela forma unitária e democrática como tem participado e contribuído para a preparação do Congresso.
- 3.ª — Apelar para todas as direcções sindicais e todos os trabalhadores portugueses para que reforcem a unidade, ultrapassando o que nos possa dividir em volta dos nossos interesses comuns.

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45-1.º, TELEFS. 83 93 18/84 86 33
— LISBOA-1

MOÇÃO

Conscientes de que a unidade de todos os trabalhadores é fundamental para consolidar as nossas conquistas e reforçar a luta contra o avanço descarado do patronato interessado em dividir para reinar, lamentamos e repudiamos os movimentos divisionistas iniciados pelas Direcções Sindicais da «Carta Aberta» responsabilizando-as pelas consequências funestas para o movimento sindical português que podem advir da sua actividade irresponsável antidemocrática e antioperária.

Esta moção foi aprovada por unanimidade em plenário de Delegados Sindicais do Distrito de FARO efectuado na cidade de Faro no dia 9 de Outubro de 1976.

LISBOA, 11 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

Virgílio Joaquim Costa de Sousa

Congresso dos Sindicatos

Direcção dos Escritórios «capitula»

J. M. Nov
12/10/76

Em Conferência de Imprensa realizada esta manhã, a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa anunciou a sua disposição de se vincular às decisões da próxima Assembleia Geral deste Sindicato, no caso de nele não se verificarem golpismos. Se a Assembleia for representativa, e maioritariamente decidir a integração do Sindicato na Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso dos Sindicatos, patrocinada pela Intersindical, a Direcção submeter-se-á a essa

decisão, não abdicando embora dos princípios básicos inscritos na «Carta Aberta».

Considerando que o momento actualmente vivido pelo movimento sindical português é difícil, a Direcção do Sindicato de Escritórios de Lisboa afirma ter consciência de que «forças estranhas» à Organização Sindical estão «subrepticamente» a apoiar as teses defendidas pelos Sindicatos subscritores da «Carta Aberta» afim de institucionalizar a acção no no sindicalismo português.

Capital - 12/10/76

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL PREVÊ INTENSIFICAÇÃO DA LUTA DE MASSAS

A aprovação de resoluções prevendo a intensificação da luta de massas pelo cumprimento da Constituição, «contra a recuperação capitalista e contra as leis antioperárias», foi a nota dominante das conclusões do último plenário da Intersindical, efectuado no passado dia 9, nas instalações do Instituto Superior Técnico, e no qual participaram representantes de quase milhão e meio de trabalhadores. Em conferência de imprensa, elementos do Secretariado da Intersindical afirmariam que as posições tomadas no referido plenário têm em conta as conclusões do amplo debate já realizado entre trabalhadores e nas estruturas do movimento sindical e das comissões de trabalhadores, «representando assim uma poderosa demonstração de repúdio pela legislação antioperária que o Governo prepara nas costas dos trabalhadores».

Por outro lado, segundo foi

que permitam vencer a resistência e o boicote do patronato nas negociações dos contratos colectivos.

Dentro deste contexto, e no que respeita à legislação do trabalho, o plenário da Intersindical (aberto a todas as organizações sindicais) deliberou prosseguir os contactos e diligências junto dos órgãos do Poder no sentido de fazer funcionar os mecanismos de fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis que, a serem aplicados, tornariam «inconstitucionais os projectos de lei relativos a trabalho já aprovados pelo Governo, sem prévia apreciação pela Assembleia da República e sem prévia participação dos trabalhadores».

Ainda sobre legislação do trabalho foi aprovada a realização de um Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, para o próximo dia 6 de Novembro, no qual se irão tomar posições de fundo sobre os problemas em questão.

Outras resoluções, igualmente prevendo a intensificação da luta de massas, foram por seu turno tomadas sobre a revogação da lei da unidade sindical e a contratação colectiva. Relativamente a este último tema, os sindicatos presentes no plenário da Intersindical deliberaram por unanimidade e aclamação apoiar os motivos da luta dos trabalhadores da panificação, tomar posições públicas de apoio a esses motivos e responsabilizar o patronato e o Governo pelas consequências dessa luta que, como se sabe, se poderão traduzir (a partir do próximo dia 15) numa greve geral do sector. Nesse sentido alertam-se desde já os trabalhadores «para os perigos de as forças reacçãoárias manipulando órgãos de informação visarem tornar impopular a luta da panificação, voltando contra ela a opinião pública».

Capital 12/10/76

TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DEFENDEM CARTA ABERTA

NA sede do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, decorreu esta manhã uma conferência de imprensa durante a qual a respectiva direcção marcou a sua posição em relação ao próximo congresso de todos os sindicatos e à Carta Aberta. Na conferência de imprensa foi ainda distribuído um comunicado que, referindo-se a «forças distintas» no combate à Carta Aberta, «através da calúnia e da demagogia», declara que a «Intersindical, incapaz de discutir um documento

daquele teor, jogou na calúnia, com intenção de espalhar a confusão no seio dos trabalhadores, aterrorizados pela antevisão de que a representatividade maioritária de que se arrega viesse a ser desmistificada».

Vitor Hugo Sequeira, presidente da direcção, bem como os restantes componentes da mesa, respectivamente Natividade Lavos, Videira Santos e Vilaça Martins, fizeram questão em declarar que, «neste momento em que se acentua a clivagem, portanto a divisão no movimento sindical português, com o congresso que está à porta, a direcção do sindicato denuncia como não sendo um congresso que nós defendemos com a ampla participação de todos os trabalhadores para construirmos a unidade e termos em Portugal, no movimento sindical português, uma estrutura única, uma central sindical única, autónoma, democrática e independente».

Relativamente à Carta Aberta, foi dito que «entendemos que o documento é atacado e se pretende abafá-la porque efectivamente a corrente da opinião política sindical do Secretariado da Intersindical não pretende levar a cabo a construção da verdadeira unidade dos trabalhadores. Eles são incapazes de pegarem na Carta Aberta e discutí-la abertamente connosco. Também sabemos que a Carta Aberta sofre outro tipo de ataque sob a forma de um apoio mais ou menos táctico com objectivos que não se identificam com os princípios nela contidos. Portanto, há duas forças completamente distintas. Uma que tenta o seu

derrube porque não está interessada na unidade de todos os trabalhadores, outra visando a cisão no movimento sindical português».

Na próxima quinta-feira, no Pavilhão dos Desportos, haverá uma assembleia-geral, onde, segundo os conferentes, «os trabalhadores, se não se mobilizarem e não comparecerem, poderão fazer com que uma corrente de opinião que existe no nosso Sindicato consiga levar por diante os intentos que nós identificamos com os do Secretariado da Intersindical. Isso significará, na prática, a nossa desvinculação da Comissão de Redacção da Carta Aberta, e a entrada ordeira na orquestra de todos aqueles sindicatos que, pese embora a capa democrática, pese embora o anunciar que vai ser um congresso de todos os sindicatos, pois não será mais que um congresso de alguns sindicatos».

«Os objectivos que nós adivinhamos», afirmou Vitor Hugo Sequeira, «portanto, as intenções, é de que na Carta Aberta, pese embora tudo o que possa vir a acontecer em relação ao próximo Congresso há uma perspectiva nova no movimento sindical português que nós pensamos que poderá ser atacada; poderá adiar-se apenas a questão da construção da unidade com o avançar do Congresso que não será o da unidade, mas pensamos que é irreversível um processo já desencadeado através desta Carta Aberta e que os objectivos para os quais ela aponta, mais tarde ou mais cedo virão a concretizar-se e portanto os anseios das classes trabalhadoras deste País terão ampla satisfação.»

Copyfile
12/10/76

P. C. P. APRESENTA PROJECTO DE LEI À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PROJECTOS de lei sobre o controlo operário, revogação do Decreto-Lei n.º 530/76, «que cerceia o direito ao trabalho», suspensão imediata, pelo período de quatro meses, das acções de despejo de prédios urbanos destinados à habitação ou a outros fins que não o do comércio e indústria e um requerimento de sujeição à ratificação pela Assembleia da República do Decreto-Lei n.º 657/76, pelo qual o Governo legisla sobre matéria reservada ao parlamento e pelo qual foi criado um conselho de Informação para a ANOP e Imprensa estatizada, no qual se não respeita o princípio da proporcionalidade, foram ontem anunciados por Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do P. C. P., durante uma conferência de Imprensa, convocada com o objectivo de serem divulgadas previamente as iniciativas legislativas tomadas por aquele grupo (e já entregues ao presidente da Assembleia da República), em colaboração com organizações e estruturas do partido, «tendo em conta as opiniões e manifestações de vontade publicamente expressas pelas comissões de trabalhadores e outras organizações populares de base, do movimento sindical, bem como de correntes de opinião veiculadas nomeadamente pelos órgãos da Informação».

Depois de justificar estas primeiras medidas legislativas «pela importância para o povo português e para a consolidação, reforço e desenvolvimento do processo democrático» que «estão carecidas de urgente e adequado tratamento legislativo, Carlos Brito adiantou outros projectos em preparação.

«Entre outros — disse — referimos um projecto de atribuição de pensões aos senhores pobres de prédios rústicos, que pela aplicação da lei do arrendamento rural, ficam em condições económicas incomportáveis, bem como um projecto de lei sobre a situação das empresas em autogestão.» Antes de entrar no enunciado das medidas agora a propor, Carlos Brito solicitou «às organizações populares, aos trabalhadores e às suas organizações a exprimirem-nos as suas críticas, o que acham bem e o que acham mal».

«Controlo operário é uma das grandes conquistas»

Começando por abordar o projecto referente ao controlo operário disse o presidente do grupo parlamentar do P. C. P.:

«O controlo operário estabeleceu-se na sequência dos saneamentos de fascistas e reaccionários, da fuga do patronato para o estrangeiro, de situações próximas da insolvência ou falência, de desvios de fundos, fraudes, retirada de máquinas, esgotamentos de «stocks», cancelamento de encomendas e outras formas de sabotagem económica.

«O controlo dos trabalhadores constitui uma intervenção essencial para evitar a sabotagem e assegurar a laboração e os postos de trabalho.

«O controlo operário tem um alto significado democrático e patriótico, e aparece como um dos traços característicos do avanço do processo da revolução portuguesa.

«O controlo operário é uma das grandes conquistas revolucionárias dos trabalhadores portugueses, constitucionalmente consagradas.

«Traduz sinteticamente a intervenção dos trabalhadores e das suas organizações em todos os domínios que lhes dizem mais directamente respeito, desde a gestão das empresas até à planificação económica nacional, passando pela elaboração da legislação do trabalho.»

E mais adiante:

«São conhecidas as tentativas para descaracterizar esta grande conquista revolucionária, limitando o seu exercício e esvaziando-a de conteúdo. O decreto-lei aprovado pelo VI Governo contra o voto do P. C. P., além de conter

limitações gravíssimas, constituía um espartilho para as comissões de trabalhadores, ingerência que o movimento sindical e comissões de trabalhadores condenaram vivamente.

«O projecto que apresentamos, muito ao contrário, respeita os princípios constitucionais, institucionaliza o efectivo exercício da garantia constitucional e nega qualquer ingerência ilegítima nas organizações dos trabalhadores.»

Pela revogação do Decreto-Lei n.º 530/76

O campo do direito ao trabalho e um projecto com vista à revogação do Decreto-Lei n.º 530/76, que na altura provocou (e continua a provocar) reacções de descontentamento da parte dos trabalhadores e suas organizações pelo que aquele diploma representa de violação do direito ao trabalho, foi o ponto tratado seguidamente por Carlos Brito, que afirmou:

«Está no caso Timex a origem deste decreto-lei do VI Governo, que foi aprovado com a oposição isolada do membro do Partido Comunista Português nesse Governo.

«Trata-se dum decreto que, consagrando a possibilidade de redução da laboração para três dias e a consequente redução de salários, permitindo a «dispensa temporária» e a transferência de trabalhadores, bem como o congelamento da contratação colectiva na empresa, viola direitos fundamentais dos trabalhadores, consagrados constitucionalmente, e se traduz num instrumento da recuperação capitalista, da intensificação da exploração, da liquidação das conquistas revolucionárias.

«De resto, a sua revogação tem sido exigida unanimemente por plenários de empresa, comissões de trabalhadores, assembleias e direcções sindicais. Nomeadamente, no plenário da In-

tersindical de 12 de Julho, com a presença de 106 sindicatos representando mais de 1 200 000 trabalhadores, e no encontro de delegados sindicais e comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, realizado em 31 de Julho, foram aprovadas moções reivindicando a imediata revogação do diploma.

O grupo parlamentar do P. C. P. recebeu uma delegação conjunta da União dos Sindicatos de Lisboa e da C. I. L. a quem garantiu agir nesta matéria. Aqui estamos a cumprir o que prometemos.

«Tão forte tem sido a voz de protesto e tão unitário tem sido o movimento de reivindicação da revogação do Decreto-Lei 530/76, que não podemos deixar de apontar o facto de o Governo, que soube, contra a Constituição e os interesses dos trabalhadores, anunciar tantas medidas em matéria de trabalho, se ter esquecido deste decreto-lei...»

Habitação: suspensão imediata dos despejos

O terceiro projecto anunciado respeita ao domínio da habitação, direito largamente consagrado na Constituição, mas que continua a estar longe de ser cumprido. Pelo contrário, como se têm registado graves situações resultantes de despejos de inquilinos de habitações ocupadas (e não só) que durante muitos anos estiveram devolutas, o Grupo Parlamentar do P. C. P., neste projecto, defende «a suspensão imediata, pelo período de quatro meses, das acções de despejo de prédios urbanos destinados à habitação ou a outros fins que não o comércio e a indústria».

«No essencial», diria Carlos Brito, «trata-se de impedir que novas injustiças sociais sejam praticadas antes de a Assembleia da República regulamentar, de acordo com os princípios constitucionais, o regime do arrendamento de prédios urbanos.

«O direito à habitação é um direito constitucionalmente consagrado. Importa, é urgente, criar as condições necessárias para a sua efectivação.

«A Constituição da República, ao impor ao Estado a obrigação do controlo do parque imobiliário e a adopção de uma política a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria, implica a necessidade de revisão profunda do regime jurídico do arrendamento urbano.

O nosso Grupo Parlamentar compromete-se a, no prazo máximo de três meses, propor à

Assembleia da República um projecto de lei nesse sentido.

«Na elaboração desse projecto teremos particularmente em atenção as opiniões das organizações unitárias de base, nomeadamente as comissões de moradores e de trabalhadores.

«Teremos em atenção princípios de defesa dos interesses dos inquilinos, sem esquecer a protecção de legítimos interesses dos pequenos proprietários de imóveis, das pessoas que investiram neste sector as suas pequenas economias.

«Defenderemos a criação de bolsas de habitação e a intervenção das organizações populares de base e autarquias locais nos processos de despejo. Combateremos os sistemas de renda que não tenham em atenção o rendimento familiar.»

«Composição do Conselho de Informação é inconstitucional»

Inconstitucionalidade foi o vício que Carlos Brito atribuiu ao Decreto-Lei n.º 657/76, pelo qual o Governo criou um Conselho de Informação para a ANOP e jornais estatizados que não respeita o princípio da proporcionalidade consagrado na Constituição. Depois de informar que o grupo parlamentar do P. C. P. fizera um requerimento da sujeição à ratificação pela Assembleia da República do referido diploma, adiantaria sobre a constituição do Conselho de Informação:

«Ao estabelecer que os partidos estarão representados no Conselho de Informação à razão de 1 membro por 15 deputados, o diploma em referência parece ter sido feito à medida do número actual de deputados do P. S., que contaria com sete representantes, só ficando de fora dois deputados, enquanto o P. C. P. teria dois representantes ficando de fora dez deputados, o C. D. S. teria dois representantes, também, ficando de fora doze deputados, e o P. P. D. (ou P. S. D.) quatro representantes, ficando de fora doze deputados também.

«Porque se trata, assim, de um decreto-lei orgânica e materialmente inconstitucional, porque nele se submete o Conselho de Informação à tutela do Governo e os seus membros ao poder disciplinar deste, porque não se prevêem as necessárias ligações à Assembleia da República nem a articulação com os órgãos representativos dos trabalhadores do sector, o grupo parlamentar do P. C. P. decidiu requerer a sua sujeição à ratificação.»

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO

RUA SIMÕES DE CASTRO, 159, 1.º — COIMBRA

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS

MOÇÃO

Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Centro, reunidos em Assembleia Plenária em 6-10-76, para analisar questões da Legislação de Trabalho:

1 — Denunciam e repudiam as leis que o Governo está a elaborar e decretar por serem anti-operárias e anti-populares, serem feitas sem a participação dos trabalhadores e porque põem em causa conquistas das classes trabalhadoras alcançadas após o 25 de Abril de 1974 e já consagradas na Constituição.

Esta legislação, tem por fim levar por diante a recuperação capitalista da economia que, a ser feita, o será à custa das massas trabalhadoras. Num momento em que todos os trabalhadores lutam pela realização do Congresso dos Sindicatos, algumas das leis que estão a ser feitas pretendem por em causa a unidade dos trabalhadores na sua luta contra a exploração.

2 — Que todos os Contratos com o Governo sejam feitos através da estrutura sindical unitária.

(Aprovada por unanimidade)

MOÇÃO

Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Centro, reunidos em Assembleia Plenária em 6-10-76, ao tomarem conhecimento de que o proprietário da firma JOSÉ DA COSTA CRISTINO, de Viseu, injuriou e ameaçou com um tubo de aço o camarada Delegado Sindical dessa firma por este ter faltado ao serviço a fim de estar presente numa reunião sindical:

— que o proprietário dessa firma aproveitou-se desse momento para insultar as organizações sindicais e os trabalhadores empenhados na defesa dos seus interesses e direitos, mais não fez que demonstrar toda a sua ira e ódio contra os trabalhadores e suas organizações e a falta de respeito pelas leis em vigor;

OS DELEGADOS SINDICAIS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO DENUNCIAM E REPUDIAM ESTAS ATITUDES, PERFEITAMENTE REACCIONÁRIAS E ATENTATORIAS DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.

(Aprovada por aclamação)

Coimbra, 7-10-76.

A DIRECÇÃO

Capital 12/10/76

SINDICATO DOS CAPITÃES COMISSÁRIOS E RADIODÉNICOS OFICIAIS PILOTOS DA MARINHA MERCANTE CONVOCATÓRIA

No próximo dia 18 de Outubro, segunda-feira, pelas 21 horas, na sede do Sindicato — Praça de D. Luís, 9, 1.º, dt.º, em Lisboa —, prosseguirá a Reunião Geral de Sócios iniciada no passado dia 8 de Outubro, para discussão do ponto 2 da seguinte ordem de trabalhos:

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

1 — Informações

2 — Projecto de Regulamento

Lisboa, 9 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA COMUNICADO

Informamos todos os trabalhadores de escritório que se encontra à distribuição no Sindicato o projecto de regulamento do Congresso. Embora o referido projecto tenha na capa o nome deste Sindicato ele não é da nossa autoria.

Lisboa, 11 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E METALO-MECÂNICOS DO DISTRITO DE LEIRIA

República 12/10/76
Sede em VIEIRA DE LEIRIA

II CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 33.º alínea a) dos nossos Estatutos, convocam-se todos os trabalhadores metalúrgicos a assistir às Assembleias Gerais Extraordinárias com a seguinte ordem de trabalhos:

1.ª — Discussão e deliberação do Projecto de Regulamentação do Congresso de todos os Sindicatos.

2.ª — Informações sobre o C. C. T. Vertical.

As referidas Assembleias Gerais terão lugar nas seguintes salas e localidades:

Dia 15/10/76 às 21 horas na sala da Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, na Ordem — Marinha Grande.

Dia 16/10/76 às 15 horas no Pavilhão da Feira, junto à Piscina, em Leiria.

Dia 18/10/76 às 21 horas, na sala do Sindicato dos Empregados de Escritório, na rua do Jardim, em Caldas da Rainha.

Dia 19/10/76 às 21 horas, na sala da Biblioteca de Instrução Popular, em Vieira de Leiria.

NOTA — CAMARADAS:

A C. N. O. P. prorroga por mais uma semana o prazo de discussão do Projecto de Regulamentação para o Congresso, devido às dificuldades e atraso da distribuição dos mesmos aos trabalhadores.

Por esse facto resolvemos alterar as datas das Assembleias constantes na 1.ª Convocatória.

Todos os trabalhadores se devem apresentar devidamente identificados.

Vieira de Leiria, 9 de Outubro de 1976

O Presidente da Assembleia Geral

MOÇÃO

Monro 12/10/76

— Considerando que só a unidade dos trabalhadores é barreira capaz de impedir a recuperação capitalista;

— Considerando que a unidade do movimento sindical e a unidade dos trabalhadores são inseparáveis;

— Considerando que a unidade só é possível de alcançar através do diálogo conjunto de todo o movimento sindical;

— Considerando que a atitude das direcções sindicais da chamada «Carta Aberta» em se recusar ao diálogo e à participação não contribuiu para a unidade do movimento sindical e dos trabalhadores.

OS FERROVIÁRIOS DO CENTRO REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL DECIDEM:

1. Repudiar a actuação das direcções sindicais da chamada «Carta Aberta».

2. Apoiar a sua direcção sindical pela forma unitária e democrática como tem participado e contribuído para a preparação do congresso.

3. Apelar para todas as direcções sindicais e todos os trabalhadores portugueses para que reforcem a unidade, ultrapassando o que nos possa dividir em volta dos nossos interesses comuns.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

República 12/10/76
Sede: BARREIRO — Rua Miguel Pais, 35-A Tel. 207 31 09
Dele. ALMADA — R. Moçambique, 6-A Cova da Piedade Tel. 275 11 03
SETÚBAL — Av. 5 de Outubro, 11 Tel. 042 23 64

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Plenário no dia 9/10/76, decidem:

- 1 — Responsabilizar as Direcções Sindicais subscritoras da «Carta Aberta», pelas tentativas de divisão no Movimento Sindical, as quais em nada contribuem para o reforço das classes trabalhadoras e exploradas deste País.
- 2 — Apoiar a Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses.
- 3 — Apoiar e exigir a realização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, no mais curto espaço de tempo.

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

(A publicar nos órgãos de Informação)

MOÇÃO

Após o relato feito pelo camarada Silva, membro da Direcção do nosso Sindicato, sobre a situação vivida pelos trabalhadores nos Açores e na Madeira, e considerando a necessidade impenhosa de solidariedade de todos os trabalhadores do Continente aos camaradas das Ilhas, que lutam em condições extraordinariamente árduas, os Delegados Sindicais dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos no Barreiro em 9/10/76, decidem:

- 1 — Exigir dos órgãos do Poder que a Constituição da República Portuguesa seja cumprida em todo o território nacional.
- 2 — Dar a sua solidariedade activa à luta travada pelos trabalhadores das Ilhas, pelo fortalecimento e unidade em prol do movimento sindical português.

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

(A publicar nos órgãos de Informação)

PROPOSTA

Os Delegados Sindicais dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Plenário no Barreiro, no dia 9/10/76, considerando:

- Que o projecto de Regulamento para o Congresso de todos os Sindicatos, foi elaborado pela Intersindical;
- Que os Delegados Sindicais aqui reunidos estão com a Intersindical como o demonstraram na 1.ª Moção aprovada por aclamação.

PROPÕEM-SE

Que esta Assembleia de Delegados Sindicais apoie o projecto pela Intersindical Nacional.

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

(A publicar em órgãos de Informação)

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

ASSEMBLEIA GERAL

AVISO

República 12/10/76
Em conformidade com o art.º 26.º e 27.º dos Estatutos convoco a Assembleia Geral a reunir em sessão extraordinária no próximo dia 18 de Outubro, pelas 21,30 horas, no salão do INATEL, sito no Campo Emílio Infante da Câmara, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Análise, discussão e votação do Regulamento do Congresso dos Sindicatos;
- 2 — Informações.

A Assembleia funcionará à hora marcada, com qualquer número de associados (art.º 28.º dos Estatutos).

Santarém, 8 de Outubro de 1976.

O SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL
José Fernando Menino Conceição

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO

DR Regular
12/10/76

A Carta Aberta, que a Direcção do Sindicato subscreevou, é um documento que abre uma nova perspectiva no Movimento Sindical Português e reflecte as aspirações de todos os trabalhadores que acreditam, que só através da prática democrática, se pode avançar para uma transformação da sociedade em que vivemos.

Para tal, a Carta Aberta aponta para a necessidade imperativa da unificação do movimento sindical em bases sãs, isto é, a partir da realização de um Congresso de Todos os Sindicatos para a construção da verdadeira Central Sindical Única, Autónoma, Democrática e Independente.

Incapazes de repudiar os princípios contidos na Carta Aberta, forças distintas, lutam, através da calúnia e da demagogia, o seu derrube ou de formas subtis de apoio, o aproveitamento da mesma.

Nas primeiras forças de que vos falamos, integra-se a corrente de opinião, afecta ao Secretariado da Intersindical.

Nas segundas, inserem-se toda as forças que, só através da institucionalização da cisão sindical verão assegurados os dividendos para através dos quais obterem melhores condições de exploração.

A principal lição que resulta destas duas posições é de que, embora com métodos e argumentos diferentes, as consequências serão semelhantes, isto é, a cisão institucionalizada.

Senão, vejamos:
Incapazes de discutir um documento com o teor da proposta da Carta Aberta, a Intersindical jogou na calúnia, com a intenção de espalhar a confusão no seio dos trabalhadores, aterrorizados pela antevisão de que a representatividade maioritária de que se arroga, viesse a ser desmistificada.

E assim que foram entretanto os dirigentes sindicais que subscreeveram a Carta A, fazendo crer, que o congresso que se propõem levar a cabo é o de todos os Sindicatos, quando, efectivamente, apenas visam o reforço da unidade de alguns, como a eleição da C. N. O. P. e a renúncia ao princípio da paridade bem o demonstra.

Assistem pois, todos os trabalhadores, à manobra desesperada do Secretariado da Intersindical com o apoio e cobertura das direcções que constituem a C. N. O. P., da continuação da existência duma central sindical — Intersindical Nacional — controlada pelos que em nome dos trabalhadores portugueses mais têm contribuído para o actual estado de divisão no movimento sindical português.

A CLASSE DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO NÃO PODE FICAR INDIFFERENTE A TAIS MANOBRAS!

NÃO PODEREMOS PERMITIR A REPETIÇÃO DOS ACONTECIMENTOS DO I CONGRESSO DA INTERSINDICAL EM JULHO DE 1975!

A PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL DEVERÁ SER A NOSSA RESPOSTA!

Lisboa, 11 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

Projectos de lei do M.T. Quinze dias para apreciação dos Sindicatos

filosofo 12/10/76

Do Ministério do Trabalho, chegamos a seguinte nota oficiosa:

«O Ministério do Trabalho tem em elaboração vários projectos de decreto-lei sobre as seguintes importantes matérias:

— Criação de uma comissão interministerial permanente para se pronunciar sobre assuntos referentes à contratação colectiva (Ministério do Trabalho, Ministério do Plano e da Coordenação Económica, Ministério dos Assuntos Sociais e Ministério da Administração Interna).

(Ponto n.º 21 da resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976.)

— Suspensão total ou parcial de convenções colectivas em relação às empresas intervencionadas ou com avales do Estado em situação de dificuldade económica grave, visando sempre a sua recuperação e manutenção dos postos de trabalho.

(Ponto n.º 16 da resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976.)

— Condicionamento da regulamentação colectiva de trabalho por forma a limitar o quantitativo a atingir pelas remunerações

complementares em relação ao vencimento-base, por forma a que o acréscimo não seja superior a 50% do salário e o total não ultrapasse em caso algum o vencimento máximo nacional e sobre os aumentos salariais a fixar na mesma regulamentação.

(Ponto n.º 17 do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976.)

— Actualização do salário mínimo nacional e sua extensão a algumas categorias de trabalhadores até agora não abrangidas por qualquer salário mínimo.

— Regulamentação do horário de trabalho.

(Ponto n.º 19 da resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976.)

— Regulamentação sobre férias e feriados.

— Revogação do Decreto-Lei n.º 292/75, de 16 de Junho, respeitante ao Ministério do Trabalho ouvir, sobre as grandes linhas de orientação a seguir, as organizações representativas dos trabalhadores, designadamente os sindicatos e as comissões de trabalhadores.

Para conhecimento dos trabalhadores — e sem prejuízo de

certas consultas específicas que as circunstâncias aconselhem —, dados também os limites de prazo para a promulgação de certos diplomas, impreterivelmente fixados no «Diário da República», o Ministério do Trabalho resolveu fixar o dia 26 de Outubro de 1976 como prazo limite para lhe serem apresentadas as sugestões, propostas e pareceres referentes às matérias indicadas.

Cumpra-se assim o disposto nos artigos 56 e 58 da Constituição — que apontam para a participação das organizações de trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho — ao mesmo tempo que, por forma prática e exequível, se dá satisfação à necessidade sentida pela grande maioria dos trabalhadores de se definirem, rapidamente, as medidas concretas que deverão regulamentar eficazmente e disciplinar as relações de trabalho.

Considera-se que dos contactos que no quadro indicado se realizarão resultará o enriquecimento e a melhor adequação do conteúdo dos diplomas legais a promulgar.

Capital 12/10/76

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE COIMBRA

TRAVESSA DA RUA NOVA, 1, 1.º — TEL. 24275 — COIMBRA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios do sindicato para assembleias gerais a realizar no próximo dia 14 de Outubro, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — CONGRESSO DOS SINDICATOS

2.º — INFORMAÇÕES

Nota — As assembleias gerais realizar-se-ão nos seguintes locais:

a) — Bombeiros Voluntários de Coimbra, sítios na Avenida Fernão de Magalhães, para os concelhos de Coimbra, Condeixa, Cantanhede, Lousa, Miranda do Corvo, Penela, Penacova, Soure e Vila Nova de Poiares.

b) — Na sede do Sindicato da Construção Civil da Figueira da Foz, sito na Rua Direita do Monte, 16, Figueira da Foz, para os concelhos de: Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho.

c) — Na sede dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, em Oliveira do Hospital, para os concelhos de: Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital e Tábua.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) JOSÉ DA PIEDADE MATOS

NOTA — Para entrada nas salas será necessária a apresentação do cartão de sócio ou credencial.

Capital 12/10/76

PUBLICIDADE

Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Setúbal

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 33.º dos nossos Estatutos, convoco para o próximo dia 13, pelas 21 horas, no Salão do Inatel em Setúbal, a Assembleia Geral para uma Sessão Extraordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos:

01 — Funcionalidade da Direcção;

02 — Decisões sobre as posições a assumir pelo nosso Sindicato face ao Congresso dos Sindicatos.

NOTA — Nos termos do artigo 35.º dos nossos Estatutos, a reunião da Assembleia Geral terá início a hora acima referida com a presença de qualquer número de sócios.

Setúbal, 1 de Outubro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Artílio Vasco de Pinho Batista

REPÚDIO PELA LEGISLAÇÃO APROVADA SEM A PARTICIPAÇÃO E ACORDO DOS TRABALHADORES

O debate sobre as deliberações do Conselho de Ministros do passado dia 30 de Setembro — direitos e garantias dos trabalhadores e suas organizações de classe — foi tema central do plenário da Intersindical que reuniu, no fim-de-semana, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, representantes de 135 sindicatos (110 filiados na Inter e 25 não filiados) e ainda de Federações, União Distrital e Seções, num total de 168 delegações.

Durante os trabalhos foram aprovadas diversas moções, a mais importante das quais se refere, especificamente, à legislação do trabalho, e que no essencial traduz a exigência de respeito pela Constituição por parte do Governo e reclama ao Conselho da Revolução que se pronuncie pela inconstitucionalidade dos projectos de lei que já foram aprovados, sem a participação dos trabalhadores. A moção denuncia, ainda, como «facto escandaloso» a não divulgação dos diplomas aprovados pelo Conselho de Ministros na reunião de 30 de Setembro e exige a sua divulgação imediata. No que respeita à «garantia dos direitos e conquistas fundamentais dos trabalhadores», a moção insiste no cumprimento da Constituição, nomeadamente no que respeita ao direito à greve, despedimentos e contrata-

ção colectiva, e reivindica a liberdade de negociação dos contratos colectivos «sem interferência administrativa contrária aos interesses dos trabalhadores», bem como a publicação de diploma que ponham termo à discriminação de que são vítimas os trabalhadores rurais, exceptuando os da zona da Reforma Agrária, e os trabalhadores domésticos.

Outro ponto da agenda de trabalhos referiu-se à revogação parcial da Lei Sindical, que foi considerada como o primeiro passo na abertura do caminho ao pluralismo sindical, tendo sido lançado um apelo a todos os trabalhadores e às direcções dos sindicatos para liquidarem as tentativas de divisão. Nesse sentido, foi decidido realizar, no dia 6 de Novembro, um encontro nacional de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores, a fim de ser tomada uma posição de conjunto sobre a legislação do trabalho.

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Relativamente à legislação sobre contratação colectiva que, entretanto, foi publicada sem a participação e acordo dos trabalhadores, através dos respectivos organismos de classe, foi manifestado «o mais vivo repúdio», além de ter sido condenada a passividade do Governo perante a acção sabotadora do grande patronato reaccionário e de alta.

gumas comissões de gestão de empresas nacionalizadas», como sucede nas negociações em curso de Contratos Colectivos de Trabalho nos sectores de panificação, moagens, metalurgia, rodoviários, têxteis, conservas, comércio, cerâmica, químicos electricistas, construção civil, farmacêutica, etc. No caso concreto da luta dos trabalhadores da panificação foi aprovada uma moção de solidariedade; também os casos das suspensões e despedimentos de trabalhadores dos meios de comunicação social, em especial na Rádio e na Televisão, foram aprovadas moções de solidariedade e decidido que serão encetadas formas de luta para pressionar o Governo e levá-lo a rever as posições já assumidas.

As questões relacionadas com a Previdência, Saúde e Ensino foram também analisadas, bem como as tentativas de recuperação capitalista. Sobre este último assunto focaram-se os casos da actuação do patronato da Têxtil Manuel Gonçalves e da AGFA, como exemplos a reter pelos trabalhadores. Por outro lado, foi salientada a situação no Inatel, que paralisou praticamente a sua actividade no início de Setembro, devido às posições assumidas pelos representantes do Ministério do Trabalho na respectiva comissão administrativa, devendo ser apresentada uma reclamação junto das entidades competentes.

Finalmente, após uma saudação aos trabalhadores alentejanos pela forma como têm desenvolvido a luta pela aplicação da Lei da Re-

forma Agrária, foi aprovado, por aclamação, o pedido de adesão do novo Sindicato dos Agentes Técnicos Agrícolas à Intersindical.

INTERESSES DOS PROFISSIONAIS DE FARMÁCIA DEBATIDOS EM ASSEMBLEIA

PORTO — No salão do Clube Fenianos, reuniram-se em assembleia geral os profissionais de farmácia do Norte, que compareceram em número reduzido. Isso levou a uma chamada de atenção aos sócios que faltam às assembleias sem motivo justificado, o que pode levar à aplicação de sanções, segundo os estatutos sindicais.

Foi debatida a presença do sindicato no congresso dos sindicatos, tendo-se resolvido que os profissionais de farmácia estariam presentes, atendendo à necessidade da defesa dos interesses dos trabalhadores e tendo em atenção a criação de uma central sindical única e apertidária.

Na assembleia foi criticada a política do ministro do Trabalho, através de uma moção que a repudia por não defender os interesses dos trabalhadores, mas sim do patronato.

Por fim foi tratado o ponto principal da agenda: o relatório final da arbitragem do contrato colectivo, e no qual se prevê o seguinte: «Continuará a haver três escalas de farmácias, os vencimentos dos ajudantes-técnicos estão as-

sim ordenados: escala A, 6500 escudos; escala B, 7800 escudos e escala C, 8800 escudos; para as diuturnidades, uma por cada cinco anos e, até três, 250 escudos. Estes valores têm efeito retroactivo a 1 de Maio deste ano e o subsídio de Natal e férias está fixado em 100 por cento.»

BANCARIOS DO CENTRO EM ASSEMBLEIA GERAL

COIMBRA — Convocada para tratar da revisão do Contrato Colectivo de Trabalho, realizou-se agora, a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários do Centro, a que estiveram presentes cerca de duas centenas de elementos, e que terminou já alta madrugada.

A questão respeitante ao horário de trabalho foi uma das que mereceram maior interesse por parte da assembleia, estabelecendo-se por vezes viva controvérsia, mostrando-se a maioria favorável a manutenção do horário até agora praticado. Outro aspecto que mereceu animada discussão, foi a circunstância de se ter proposto que o dia 14 de Março fosse considerado feriado, por se tratar da data que assinala a nacionalização da banca, sendo aprovado o texto contratual e rejeitada uma outra posição que defendia a tese de o 1.º de Maio já incluir o significado da comemoração de tão importante acontecimento nacional. Mereceu grande contestação a alínea que proibia rigorosamente a fiscalização por parte da entidade patronal da natureza do absentismo sendo vinculada a necessidade moralizadora de acabar com todo o tipo de abusos. Mas, salientando-se que se trata de um direito adquirido, foi respeitada a letra do contrato. Foram, ainda, ventilados muitos outros assuntos, tais como o subsídio de férias

dos empregados em serviço militar, frisando-se que há casos em que alguns recebem três subsídios, e o problema de delegados sindicais em empresas em dificuldades, tendo sido referido que os mesmos deviam prestar esse auxílio mas absterem-se de qualquer tipo de actuação partidária.

COMUNICADO DO GOVERNO

Finalmente para ultimar pormenores e analisar mais uma vez todos os problemas inerentes a este processo realizou-se no sábado uma longa reunião no M. A. L. a que estiveram presentes todas as partes interessadas no assunto.

No final foi distribuído o seguinte comunicado:

«No seguimento das actividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho que desde o último dia 11 vêm funcionando, a nível distrital, sob coordenação dos governadores civis, e em cumprimento das decisões do Conselho de Ministros, oportunamente dadas a conhecimento público, ficou decidido:

1 — Prosseguir e multiplicar os contactos, com todos os sectores interessados, para reposição da legalidade no domínio das ocupações, que se processará segundo um programa agora estabelecido.

2 — Garantir, através da S. E. C. S., uma correcta e constante informação da opinião pública sobre as acções que se foram desenvolvendo.

3 — O programa que ira ser posto em prática, e que se executará durante todo o próximo mês, compreende, para além da restituição das áreas não abrangidas pelos limites estabelecidos, a concretização

do direito de reserva e de nacionalizações e expropriações que pelo seu carácter se considerem prioritários».

4 — Atribuir às autarquias locais, pela Direcção Geral da Administração Regional e Local do M. A. L., e através dos respectivos Governos Civis, as verbas necessárias à abertura imediata em obras de interesse local da mão-de-obra eventualmente disponível, em consequência das restituições de propriedades.

5 — Facilitar o acesso ao Crédito Agrícola de Emergência àquelas que vão voltar a trabalhar as suas terras.

6 — Aproveita-se a oportunidade para deplorar que alguns órgãos de informação tenham vindo a criar e fomentar, através de notícias falsas e especulativas, um clima de inquietação nos portugueses quanto à próxima realização de acções de força de leição militar.

Na verdade e bem ao contrário, espera-se e deseja-se que nos próximos dias possam ser encontradas soluções que dispensem completamente a intervenção das forças de segurança.

Não se negarão esforços no sentido de se encontrarem soluções dialogadas para os problemas.

Aliás, recentes afirmações de alguns sindicatos agrícolas e uma melhor consciencialização dos trabalhadores rurais, sequeiros, rendeiros e proprietários, constatada nos contactos ultimamente estabelecidos, são indicadores seguros de que será possível corrigir os erros cometidos, sem tensões sociais ou alterações da ordem. Todavia, não se hesitará em fazer cumprir a lei por todos quantos se opõem à Reforma Agrária, quer por que a recusam como imposição Constitucional e realidade social do nosso país, quer por que a pretendem transformar em instrumento de uma política aventurista.

13 OUT. 1976

CONGRESSO DOS SINDICATOS:

SINDICATO DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES
ABANDONA A «CARTA ABERTA»

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (S. N. T. C. T.) anunciou, em comunicado assinado pelo seu Secretariado Nacional, que se retira da «Carta Aberta», de cuja Comissão de Redacção fazia parte. A decisão foi tomada numa assembleia geral realizada anteontem na sede do Sindicato, e filia-se, segundo o comunicado agora divulgado, na convicção de que «a «Carta Aberta» nada fez para a tão almejada unidade». Acrescentam os dirigentes do S. N. T. C. T.: «Levamos mesmo a pensar que é mesmo a cisão que está no pensamento dos dirigentes sindicais que subvertem aquela «Carta», seguindo a linha da social-democracia. Veja-se o que sucedeu nessa Europa capitalista, em que cada partido político tem a sua Central Sindical».

O comunicado do S. N. T. C. T. começa por historiar a constituição da «Carta Aberta», que se pretendia «frente comum de combate ao cupulismo da intersindical, numa tentativa de organizar um Congresso em que estivessem representados os trabalhadores portugueses sem ingerências governamentais ou partidárias».

«Repentinamente, a situação começou a agudizar-se e a radicalizar-se» — prossegue a análise do que os subscritores do comunicado consideram desvio da «Carta Aberta» —, «e as linhas políticas começaram a vir ao de cima, a direita avançava (...) e tentava mostrar aos trabalhadores que os seus dirigentes sindicais punham, acima de tudo, os interesses partidários».

Mais à frente: «A imprensa da direita movimentava-se e explorava todo este cenário. A unidade dos trabalhadores perigava, o Governo colaborava com leis contra os trabalhadores, como a revogação da lei da Unidade sem previamente ouvir os seus representantes como estipulam os artigos 56.º e 58.º da nossa Constituição política. O espectro da cisão no Movimento Sindical Português estava a ser lançado aos olhos de todos os trabalhadores portugueses».

A terminar, o Secretariado Nacional do S. N. T. C. T. afirma:

«A direcção do S. N. T. C. T., ao entrar na «Carta Aberta» visava defender uma Central Única e a verticaliza-

ção sindical. Pelos factos atrás apontados, qualquer destas questões estão em perigo.

O Secretariado Nacional não colabora nem nunca colaborará em tal erro histórico do Sindicalismo Português e retira-se daquela Comissão de Redacção. Alertamos todos os trabalhadores e os dos C. T. T. em especial para o gravíssimo momento que atravessa o Movimento Sindical Português».

ESCRITÓRIOS REAFIRMAM DEFESA DA «CARTA ABERTA»

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa reafirmou, em conferência de imprensa, que participará no Congresso e, mesmo que a sua posição saia vencida na assembleia geral a realizar amanhã, continuará a defender os princípios da «Carta Aberta», por entender que os mesmos «reflectem as aspirações de todos os trabalhadores que acreditam que só através da prática democrática se pode avançar para uma transformação da sociedade em que vivemos». A direcção dos Escritórios acrescenta, ainda, que «a «Carta Aberta» aponta para a necessidade da unificação do Movimento Sindical».

Os dirigentes sindicais salientaram a importância das decisões da assembleia geral de amanhã (que, conforme tem vindo a ser profusamente anunciado, se realizará pelas 21 horas no Pavilhão dos Desportos), as quais definirão o comportamento do Sindicato no Congresso.

Foi também denunciada uma «manobra» de um grupo de sócios «que pretendem desvincular a direcção sindical da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» e fazê-la entrar na orquestra das direcções afectas à linha de orientação política sindical do secretariado da Inter». A referida «manobra» consistiu na convocação de uma assembleia geral para o mesmo dia, mesma hora e mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos da anteriormente convocada pela direcção. Como assembleia convocada por um grupo de sócios, ela funcionaria com dois terços das presenças. Isto, segundo os dirigentes do Sindicato, seria «o aproveitamento da desmobilização dos trabalhadores para fazer passar posições minoritárias

que não lograram obter qualquer implantação nas eleições livres e democráticas para a última assembleia eleitoral».

PROSSEGUE A DISCUSSÃO EM TODO O PAÍS

Para além da já referida assembleia dos Escritórios e daquela que vai reunir os bancários depois de amanhã, nas instalações da F. I. L. — e que, pela importância que qualquer destes dois Sindicatos assume na «Carta Aberta» chamam as atenções gerais —, prossegue, por todo o País, a discussão do Congresso dos Sindicatos, quer em plenários de delegados sindicais, quer em plenários de fábrica ou de sector, quer mesmo em assembleias gerais de sindicatos.

Hoje mesmo, realizam-se reuniões dos trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos do distrito de Coimbra (às 21 e 30, na sede do Sindicato), dos profissionais dos escritórios de Setúbal, delegação de Almada (no salão do Inatel, pelas 21 horas), e reuniões concelhias dos trabalhadores de Comércio e Serviços de Santarém no Cartaxo, Rio Maior e Vila Nova de Ourém (todas às 21 horas nas Casas do Povo dessas localidades).

Amanhã, na sede do Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Lisboa, pelas 16 horas, reunirão os delegados sindicais do sector e, no mesmo dia, com início às 21 horas, realiza-se a assembleia geral do Sindicato dos Escritórios de Coimbra, nas suas instalações.

Depois de amanhã dia 15, a assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica reunirá, às 20 e 30, no Pavilhão dos Desportos.

13 OUT. 1976

Intersindical**Intensificar a luta de massas pelo cumprimento da Constituição**

Intensificar a «luta de massas pelo cumprimento da Constituição, contra a recuperação capitalista e contra as leis antioperárias» foi a decisão tomada no plenário da Intersindical e anunciada ontem no decorrer de uma conferência de Imprensa.

Em seguimento daquela conclusão, realiza-se, no dia 6 do próximo mês, um Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, «que tomará posições de fundo sobre a legislação do trabalho», e, «para avançar desde já na luta de massas pelos objectivos indicados», intensificar-se-á a realização de «plenários de empresas e assembleias gerais para discussão e aprovação de moções a dirigir aos órgãos do Poder e realizar, a partir da semana em curso, comícios em todos os locais onde o movimento sindical considerar oportuno, designadamente nas capitais de distrito».

No entanto, as posições do plenário constituem ainda «o ponto de partida para uma ampla e firme resposta de massas à política de recuperação capitalista em curso, tendo como objectivos imediatos obrigar o Governo a cumprir a Constituição, a respeitar o direito de participação dos trabalhadores na elaboração das leis relativas aos seus direitos e interesses, a alterar os projectos de leis antioperários já aprovados e a

tomar medidas que permitam vencer a resistência e o boicote do patronato nas negociações dos contratos colectivos».

**Unicidade sindical
contratação colectiva
legislação do trabalho**

Sobre a unicidade, repudiou-se a «anunciada revogação parcial da lei sindical por considerar que abre caminho ao pluralismo sindical», ficando o «Secretariado Nacional de realizar toda as diligências indispensáveis para que os órgãos constitucionais do Poder cumpram e façam cumprir integralmente a Constituição e respeitar os interesses dos trabalhadores».

A propósito da contratação colectiva foi exigida a elaboração de uma nova lei e deliberadas «formas que permitirão adequar as lutas a travar pelos vários sectores à situação política, à defesa e consolidação da democracia, permitindo a coordenação entre essas lutas numa larga, organizada e unitária frente de massas».

Finalmente, sobre legislação do trabalho abordou-se o Conselho da Revolução no sentido de considerar inconstitucionais «os projectos de leis do trabalho já aprovados pelo Governo, obstando, assim, à sua promulgação sem prévia apreciação pela Assembleia da Repu-

blica e sem prévia participação dos trabalhadores».

«Carta Aberta»

Entretanto, está marcada, para os dias 23 e 24, uma reunião da Intersindical com os sindicalistas da «Carta Aberta» para se discutir a comissão organizadora, o regulamento e a data do Congresso. Por parte dos representantes da Intersindical espera-se que se chegue a acordos.

DLx-13/10/1976

Mesmo contra sócios d direcção dos Escritórios defenderá "carta aberta"

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório considera «essencial» lutar pela «unidade dos trabalhadores e por um Movimento Sindical liberto de pressões ou manipulações partidárias» segundo afirmou ontem em conferência de Imprensa para esclarecer a sua posição face ao Congresso dos Sindicatos e do Movimento Sindical.

A Direcção do Sindicato, signatária da chamada «Carta Aberta», defendeu que a prática democrática é um pressuposto para a «realização de um Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade que dê aos trabalhadores uma Central Sindical Unica, Democrática e Independente, verdadeiramente

representativa dos trabalhadores».

Foi referida também a realização próxima duma assembleia geral extraordinária, pedida por um grupo de, segundo foi dito, sócios que, pretendem desvincular a direcção sindical da Comissão de Redacção da «Carta Aberta». As decisões dessa assembleia nortearão as posições a assumir pela Direcção no conflito que opõe os sindicatos da linha «Carta Aberta» e a Intersindical. A Direcção afirmou que a vontade dos sócios será cumprida no que respeita à organização do Congresso, mas a Direcção, mesmo vencida, participará no Congresso defendendo os princípios da dita «Carta Aberta».

ASSEMBLEIA GERAL

(sessão extraordinária)

convocatória

Ao abrigo do Art.º 25.º e alínea b) do Art.º 24.º convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — Em Sessão Extraordinária — para o dia 15 de Outubro de 1976, às 21 horas, a realizar na FIL (Feira Internacional de Lisboa) — Praça das Indústrias — Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UNICO: — CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE — Discussão e votação sobre a participação ou não do nosso Sindicato no II CONGRESSO da Intersindical ou no denominado «Congresso de todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical...», promovida pelo respectivo Secretariado.

Lisboa, 23/9/76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) Alberto Martinho Gonçalves

O DIA

LISBOA

pág. 14

dp 14-10-76

14 OUT. 1976

Congresso dos Sindicatos

Trabalhadores social-democratas defendem central sindical única democrática e independente

Realiza-se amanhã a assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul, a fim de tomar posição sobre a controversa questão relacionada com os problemas suscitados pela "carta aberta" que pôs em causa o domínio comunista da Intersindical.

A celeuma criada pelas diversas tendências sindicais, em que fundamentalmente se confrontam a linha da Intersindical (ciosa de garantir a unicidade sindical, e, portanto, o controlo dos sindicatos por um partido) e os defensores da chamada tendência sindical reformista, subscritores da "carta aberta" que defendem fundamentalmente a independência dos sindicatos em rela-

ção aos partidos e ao próprio poder.

Neste sentido, os trabalhadores sociais-democratas estiveram reunidos em Lisboa, no passado fim-de-semana, para analisar a situação em que se encontra a preparação do congresso dos sindicatos.

Tendo assumido um carácter de encontro nacional dos socio-profissionais do PSD, os trabalhos, que foram presididos por Carreira Alves de Leiria e secretariados por Manuela Campos de Sousa e Carlos Afonseca, terminaram com a decisão de defender a construção de uma central sindical única, democrática e independente.

Assim, após terem res-

pensabilizado o Secretariado da Intersindical (controlado pelo PCP) pelos inúmeros atropelos aos legítimos direitos dos trabalhadores e denunciar toda a sua actuação sectária que tem dividido os trabalhadores de "forma autocrática como a preconização pela unicidade sindical que defende", decidiram defender a constituição de uma comissão organizadora do congresso, onde estejam representados em igualdade todas as linhas sindicais existentes no seio do movimento sindical português.

A defesa da eleição de delegados dos trabalhadores ao congresso, para que este não seja exclusivo das direc-

ções, a presença de todos os órgãos de Comunicação Social, e rejeitar a realização do "segundo" congresso da Intersindical o que implicitamente sancionaria o primeiro que não foi representativo de todos os trabalhadores mas apenas serviu para institucionalizar a tendência "pecepista-gonçalvista", foram os principais decisões tomadas.

Os trabalhadores sociais-democratas opõem-se deste modo, às tentativas de boicote que a Intersindical tem feito à realização do "congresso de todos os sindicatos para a Unidade" e apoiam a posição assumida pelos sindicatos democráticos subscritores da "carta aberta".

15 OUT. 1976

TRABALHO

SIM OU NÃO À «CARTA ABERTA»:

A ASSEMBLEIA DOS ESCRITÓRIOS MUITO AGITADA — NADA DECIDIU E A MESA ABANDONOU OS TRABALHOS

Os trabalhadores dos Escritórios de Lisboa, reunidos ontem à noite em assembleia geral, no Pavilhão dos Desportos, não puderam resolver o importante problema que motivara a reunião («Definição do comportamento do Sindicato no próximo Congresso Sindical, isto é, participação ou não no Congresso»), pois a mesa abandonou os trabalhos, acerca de duas horas após o seu início, devido, tudo leva a crer, ao clima tempestuoso em que os mesmos esta-

grupo da «Carta Aberta» de cujos princípios fez a apologia, terminando num apelo para que a assembleia votasse a permanência do Sindicato nessa linha. Transformada esta intervenção em proposta, foi votada a sua admissão. E aqui «estalou a bronca»: o mesmo sector que tinha imposto, maioritariamente, a rejeição do primeiro requerimento, vota contra. Inesperadamente, o presidente da mesa declara a proposta aceite. Imediatamente, o Pavilhão «vem

mes», aquilo estava «orquestrado», para propor votação secreta, cujos resultados seriam divulgados pela direcção no prazo de 15 dias.

Foi o fim: aos gritos de «Golpista», «vigarice» e «unidade», o grupo defensor da participação do Sindicato no Congresso procura juntar-se, num dos lados. Isto, é claro, provoca grande movimentação, pois eles ocupavam em bloco a quase totalidade de uma bancada central e de uma cabeceira, além

de grande parte da outra central e do próprio recinto. Foi então que o presidente da mesa, seguido da direcção e depois, dos seus apoiantes, abandonou a sala.

Os trabalhadores que permaneceram — e verificou-se, então com toda a clareza, a sua enorme quantidade — decidiram «denunciar o golpe que aqui se deu» nas assembleias a levar a cabo nos locais de trabalho.

JOSÉ FLECHA



Um aspecto da assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Escritórios de Lisboa

Foto de EURICO VASCONCELOS

vam a decorrer. Deve dizer-se, no entanto, da responsabilidade da mesa (com destaque para o seu presidente) na criação daquele ambiente. Na verdade, ao anunciar como «aceites» uma proposta e um requerimento rejeitados por uma maioria evidente, o presidente da mesa lamentou as condições para que a assembleia não chegasse ao

Com o recinto completamente cheio, a assembleia iniciou-se com a leitura da convocatória, após o que deu entrada um requerimento, apontando para o encerramento dos trabalhos «impreterivelmente à 1 hora». Foi recusado por maioria e, nesta votação, definiu-se logo a correlação de forças: os gritos de «Unidade, Unidade» abafaram, por completo, os da «Carta Aberta», proferidos pelos apoiantes do requerimento.

Usou, então, da palavra a direcção. Numa longa intervenção, aqui e ali interrompida por aplausos ou apupos, fez obalongo da actividade e historiou o processo de constituição do

abaixo» com os gritos de «Gatuno!» e «Palhaço!».

«VOCÊ É CEGO?»

A mesa, imperturbável, avisava repetidamente, que «não daria continuidade aos trabalhos desde que as condições não estivessem garantidas». Um trabalhador aproximou-se do estrado e interbela, directamente Restabelecida a serenidade «o grupo maioritário, contrário à linha da «Carta Aberta» e defensor da participação no Congresso evidenciava a intenção de pretender levar a assembleia até ao fim), entrou novo requerimento, para encerramento da assembleia às 0 e 30, continuando na próxima terça-feira. Novamente votada, e novamente considerado «aceite». Os mais exaltados chegam junto da mesa, há punhos cerrados para os seus componentes. Após longos minutos de tensão, novo requerimento (sintetizando vários que entretanto foram entrando), pedindo «a comprovação da votação» pelo Conselho Fiscalizador. O resultado da votação foi favorável (e venceu a posição defendida pelo mesmo sector que tinha sido «derrotado» nas anteriores...).

O elemento do Conselho Fiscalizador usou da palavra, afirmando que era extremamente difícil contar os votos», «não queria que lhes chamassem no-

(P)
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

BANCÁRIOS:

TODOS À F.I.L.

HOJE

ÀS 21 HORAS

* A LUTA CONTINUA!

- * PELO PROCESSO DEMOCRÁTICO
DE TODOS OS SINDICATOS PELA UNIDADE
- * PELA CENTRAL SINDICAL ÚNICA
AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE

jornal novo 15.10.76 página 11

A LUTA

LISBOA

15 OUT. 1976

Esta noite, na FIL

Bancários em plenário decidem posição

face ao congresso da Intersindical

Realiza-se esta noite, pelas 21 horas, nas instalações da FIL, a assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, para discussão e votação sobre a participação ou não no II Congresso da Intersindical (ou no denominado «Congresso de todos os sindicatos pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical»). Na assembleia geral, será posta à discussão, pela direcção, a proposta feita pelos delegados sindicais, em reunião geral de 23 de Setembro. O documento em causa propõe o apoio intransigente à direcção, a iden-

tificação com os princípios e propostas da «Carta Aberta», o não reconhecimento da CNOP, a não representação no Congresso, e não pagamento de quotas à Intersindical.

Atendendo à elevada consciencialização político-sindical que a classe tem revelado, espera-se uma participação maciça dos trabalhadores bancários, em ordem à obtenção de um largo consenso para as referidas decisões, que poderão revestir-se de grande importância para o futuro do movimento sindical português.

JORNAL NOVO

LISBOA

15 OUT. 1976

Trabalhadores do Banco da Agricultura contra «Carta Aberta»

Na última reunião geral, efectuada no passado dia 1 e convocada para discutir o Congresso dos Sindicatos, os trabalhadores do Banco da Agricultura aprovaram, por unanimidade, uma moção que «exige que a Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas abandone as reuniões da «Carta Aberta», tendo em conta as resoluções aprovadas na Assembleia Geral do Sindicato de 30 de Janeiro de 1976 que determinaram a permanência do mesmo na Intersindical». A mesma moção «exige ainda que a Direcção participe nas reuniões promovidas pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, para a qual foi eleita democraticamente».

18 OUT. 1976

APROVADO POR ESCASSA MAIORIA:

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DIZ «NÃO» AO CONGRESSO

A assembleia geral extraordinária dos Bancários do Sul e Ilhas, que levou, ontem à noite, ao pavilhão da F. I. L., cerca de seis mil trabalhadores, decidiu, por maioria, que o Sindicato não se deve fazer representar no próximo Congresso.

A posição final dos trabalhadores da banca resultou da aprovação de uma moção subscrita por delegados sindicais (vencedora na reunião geral de delegados realizada nos dias 27 e 28 do mês passado, a que nos referimos na altura), e que fora remetida para esta assembleia. Recordamos que, do teor do documento, sobressaíam, na sequência do «não» ao Congresso, as decisões de «apoio intransigente à direcção (...) na luta pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do movimento sindical», de «não reconhecer a Comissão Organizadora Provisória», e de «lutar por uma verdadeira central sindical única, democrática e independente, segundo os princípios da Carta Aberta».

A votação foi contestada, rudemente, pelo grupo de trabalhadores que defendiam a posição contrária (participação do Sindicato nos trabalhos do Congresso) os quais no final, não se mostravam conformados com o resultado, acusando o presidente da mesa de «vigarista» e «gatuno». Pareceu-nos, no entanto, ter sido correcta a decisão da mesa ao considerar a moção como vencedora, embora outras vota-

ções, nomeadamente na admissão ou rejeição de algumas propostas, tivessem permanecido muitas dúvidas.

De resto, a correlação de forças mostrava-se de tal forma aproximada, que o próprio presidente da mesa evidenciou

recusara, anteriormente, um requerimento apontando, precisamente, para essa solução, argumentando que «seria impraticável». Outro aspecto que o tornou merecedor de críticas bastante acesas foi o contraste desta indecisão com a fir-

res, por sua vez, propunham «a participação, de pleno direito na Comissão Nacional Organizadora Provisória» e o «abandono da Carta Aberta e luta no seio do movimento sindical».

A discussão da forma de vo-



Um aspecto da assembleia dos bancários

a dificuldade de um julgamento imediato, quando, após uma primeira votação, propôs a divisão das duas facções pelos dois lados da sala, para a contraprova. Não deixa de ser curioso, no entanto, que ele

meza e rapidez usadas ao declarar «rejeitadas» propostas que a muita gente pareceu ter obtido resultado absolutamente contrário.

ASSEMBLEIA CONDUZIDA DE FORMA DISCUTIVEL

Do que deixámos dito já resalta a impossibilidade de comparação desta assembleia com a dos Escritórios, na véspera. E isto apesar das idênticas acusações de «golpismo» de que a mesa foi alvo e da forma discutível como conduziu os trabalhos, permitindo o «monopólio» do tempo destinado à discussão a membros do grupo afecto à direcção, com intervenções repetitivas, longas, saindo da ordem de trabalhos e, em alguns casos, abertamente provocatórias, o que não deixou de contribuir para a tensão verificada nalguns momentos.

Foram três os oradores (depois da intervenção da direcção), e todos unânimes na recomendação de voto na «moção dos delegados sindicais», constantemente interrompidos ora por aplausos, ora por apupos. Acresce dizer que a assembleia acietara o encerramento da discussão à 1 hora, para entrada na fase de votação.

Dos documentos apresentados, foram admitidas a já referida moção que, identificada como o n.º 1, acabou por ser aprovada; uma outra, subscrita por dois trabalhadores; e uma proposta dos trabalhadores do Totta & Açores.

A segunda moção exigia a reafirmação do princípio da Central Única, a participação do Sindicato no Congresso de todos os Sindicatos, a divulgação e ampla discussão de teses, a participação do Sindicato numa comissão organizadora, e vinculava a direcção à defesa da democraticidade interna e à criação de condições para a eleição de modo a garantir uma «representação proporcional à implantação no movimento sindical».

Os Homens do Totta & Açores,

tação ocupou largos minutos, acabando por vingar a metodologia anunciada pelo presidente da mesa: as duas propostas não eram alternativas (opinou, inclusivamente, que a segunda poderia ser considerada como adenda à primeira) e, portanto, a moção vencedora afastava, desde logo, a proposta, essa sim, alternativa a qualquer das moções.

O problema, tratado com muito calor (e o presidente inevitavelmente contestado) chegou a atingir termos de questão jurídica. Mas, na verdade, a proposta apresentada pelos sócios Ferreira Guedes e Vítor Nunes, contrariamente ao que parecia, à primeira vista, ao visar «um Congresso de todos os Sindicatos», ao falar de «uma comissão organizadora» ao defender a «democraticidade interna», limitava-se a contemplar pontos defendidos pela linha da «Carta Aberta».

Assim, submetida à primeira proposta à votação, e aprovada, ficou decidida a questão: o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas não participa no Congresso dos Sindicatos, e a sua direcção permanece como subscritora da «Carta Aberta».

JOSÉ FLECHA

TELEFONISTAS DO NORTE DESLIGAM-SE DA «CARTA ABERTA»

PORTO — Em assembleia geral, realizada no salão da Faculdade de Engenharia, o Sindicato dos Telefonistas do Norte aprovou um requerimento, depois de viva discussão, a confirmar uma decisão tomada anteriormente, da retirada imediata do grupo de sindicatos subscritores da «carta aberta» e, por consequência, participação nos trabalhos da C. N. O. P.

A assembleia foi suspensa quando havia sido apresentada uma proposta para a marcação de nova reunião, precisamente para discutir o regulamento do Congresso dos Sindicatos. A suspensão foi motivo de acalorada discussão, esperando-se agora a convocação de nova assembleia, provavelmente na semana próxima.

16 OUT. 1976

BANCÁRIOS DO SUL REUNIDOS PARA DECIDIR ACERCA DA PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO DOS SINDICATOS

Elevado número de empregados bancários concentrou-se, ontem, à noite, nas instalações da F.I.L., respondendo à convocatória do seu Sindicato, que marcara uma assembleia geral dos trabalhadores do sector da área Sul do País, a fim de discutir e votar sobre a participação ou não no Congresso dos Sindicatos.

Como base do debate, a direcção do Sindicato poria aos associados uma proposta apresentada pelos delegados sindicais e aprovada em reunião efectuada no final do passado mês, segundo a qual se manifestou o apoio à direcção, aos princípios da «Carta Aberta», a não representação do Sindicato no referido Congresso e o não pagamento de quotas à Intersindical.

A reunião, marcada para as 21 horas, só viria a iniciar-se muito mais tarde, dada a influência de participantes, pelo que os resultados da assembleia só virão a ser conhecidos durante a madrugada.

16 OUT. 1976

REUNIÃO AGITADA DE BANCÁRIOS NA F.I.L.

TERMINOU de forma bastante conturbada a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que, ontem à noite, decorreu no pavilhão central da Feira Internacional de Lisboa. Após a mesa ter considerado aprovada por maioria uma moção oriunda da reunião geral de delegados sindicais, efectuada em 28 do mês passado, a qual impõe que o sindicato não se faça representar no próximo Congresso de todos os Sindicatos, o sector da assistência que saiu vencido na votação insurgiu-se ruidosamente contra o resultado da mesma, tendo alguns sócios mais exaltados recorrido ao confronto físico.

Dada a extrema agitação que se verificava e as ameaças de agressão que lhe eram dirigidas, os elementos da mesa abandonaram a sala, sem que se tivesse escutado, porventura devido ao enorme ruído, qualquer declaração de encerramento da assembleia. Deste modo acabou por não ser votada uma outra moção também na mesa, a qual apoiava a reafirmação do princípio da central sindical única e exigia que no Congresso dos Sindicatos a realizar sejam admitidos todos os sindicatos portugueses sem

excepção e que na Central Sindical se verifique uma representação proporcional das diversas correntes, num sistema que assegure a democraticidade do seu funcionamento.

Refira-se que foi exactamente o processo de votação que esteve na origem dos conflitos, uma vez que o elevado número de presenças — cerca de 5000 — e as condições do recinto tornavam difícil uma avaliação incontroversa. Os braços erguidos eram sempre aos milhares, quer apoiando quer rejeitando o que era votado. Nem a divisão dos associados, em dois blocos colocados em lados opostos do recinto, permitiu uma avaliação precisa, porquanto a superfície ocupada por ambos era quase a mesma.

Resumo

16 OUT. 1976 Lisboa

Metalúrgicos e Bancários do Sul em assembleia

As assembleias gerais dos sindicatos que representam os trabalhadores metalúrgicos de Lisboa e bancários do Sul e Ilhas realizaram-se ontem à noite.

Os bancários decidiram permanecer na «Carta Aberta» rejeitando a CNOP;

As decisões principais desta assembleia foram tomadas por uma duvidosa maioria, pois os vários milhares de trabalhadores presentes na FIL estavam divididos em dois grupos aproximadamente iguais, contra e a favor da posição da direcção da

«Carta Aberta», sendo as direcções da mesa, que favoreciam repetidamente, no que diz respeito às votações, o sector afecto à direcção, veementemente contestadas.

ASSEMBLEIA

DOS METALÚRGICOS

A assembleia geral dos metalúrgicos reunida no Pavilhão dos Desportos, segundo afirma um delegado sindical, com «grande afluência de trabalhadores», correu, certamente, pelo contrário, sem grandes antagonismos.

Acerca do CCTV, registou-se o apoio à Co-

missão Negociadora e o repúdio das «manobras divisionistas das associações patronais, cutelarias e sector automóvel, a exigência de que as negociações avancem, objectivo para o qual os trabalhadores se afirmaram dispostos a lutar «até às últimas consequências», lembrando, finalmente, que «nada nem ninguém vergará os metalúrgicos».

Sobre o Congresso dos Sindicatos foi aprovado, por maioria, o Regulamento proposto pelo Secretariado da Inter e rejeitadas as alternativas apresentadas por vários sindicatos.



Assembleia dos Bancários

Nas instalações da F.I.L. cerca de cinco mil bancários filiados no Sindicato do Sul e Ilhas, discutiam ainda, à hora de fecharmos esta edição do «D.N.», a posição a tomar pela classe perante o próximo Congresso dos Sindicatos, verificando-se desde o início da assembleia, que os participantes estavam divididos em dois blocos distintos

(Foto «D.N.» — António Aguiar)

● PÁGINA 10

21 out 16/10/76

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

LISBOA

18 OUT. 1976

Ao começo da madrugada

Assembleia dos bancários dividida em dois blocos

Cerca de cinco mil bancários, filiados no Sindicato do Sul e Ilhas, discutiam ainda, à hora a que encerramos esta edição do nosso jornal, a participação ou não daquele organismo sindical no próximo Congresso dos Sindicatos.

A assembleia, reunida nas instalações da FIL, não tinha ainda aprovado qualquer moção ou proposta.

A admissão destas à discussão revelou os participantes sensivelmente divididos em dois blocos distintos, tornando-se extremamente difícil saber, pelo sistema de braço no ar, que grupo formava a maioria.

De qualquer modo, a mesa considerou admitidas à discussão várias propostas, dentre as quais se salienta uma com o conteúdo da moção aprovada pelos delegados sindicais dos Bancários do Sul e Ilhas, em reunião geral de 28 de Junho.

Neste documento, apoia-se «intransigentemente» a direcção na defesa dos princípios decorrentes da «Carta Aberta».

Por outro lado, a mesa considerou não admitidas à discussão as propostas em que se apelava

para o abandono da CA e integração do Sindicato na Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso (CNOP).

INTERSINDICAL ACUSA

D. LX - 16/10/1976

Ministério do trabalho quer participação de fachada

A Intersindical Nacional emitiu um comunicado em que protesta contra a determinação do Ministério do Trabalho, expressa em nota oficiosa de conceder um prazo inferior a quinze dias aos trabalhadores para se pronunciarem sobre matérias tão importantes como contratação colectiva, limitação das remunerações complementares, limitação das actualizações salariais, extensão do salário mínimo nacional a categorias ainda não abrangidas e horário de trabalho nacional.

A nota oficiosa, na sequência de outra anterior e das resoluções do Conselho de Ministros do passado dia 30, pretende que até ao próximo dia 26, as associações sindicais e as comissões de trabalhadores se pronunciem através de «sugestões, propostas e pareceres» sobre as matérias citadas que o Governo se propõe regular.

Acusando o MT de impor uma consulta de fachada no estilo do extinto Ministério das Corporações e do DROT, especifica a nota da Inter: «Mais

uma vez, além do prazo irrisório inferior a 15 dias para apreciar regimes com tais implicações, o original sistema de «participação» concebido pelo Governo caracteriza-se pela ocultação aos trabalhadores dos textos dos projectos de diplomas; pelo apelo a uma intervenção desorganizada e divisionista; pela deliberada indefinição da eficácia prevista para a intervenção dos trabalhadores».

Baseando-se nas deliberações do plenário do dia 9, em que as organizações sindicais denunciaram a inconstitucionalidade da actuação do MT, a Intersindical repudia a mesma actuação e exige o fornecimento dos textos dos projectos para serem apreciados pelo Movimento Sindical e pelas comissões de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a Central Única dos Trabalhadores portugueses responsabiliza o Governo pelo atraso na apreciação dos trabalhadores, por não se verificar a entrega dos textos dos projectos de diploma.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

COMUNICADO

Ontem, 14 de Outubro, os trabalhadores de escritório reuniram-se na maior Assembleia Geral de sempre, para deliberarem sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único — ANÁLISE DE ACTUAÇÃO DA DIRECÇÃO E DEFINIÇÃO DO COMPORTAMENTO DO SINDICATO NO PRÓXIMO CONGRESSO SINDICAL.

Face ao elevado número de trabalhadores que enchia por completo o Pavilhão dos Desportos, ao equilíbrio das forças em presença, e tendo ainda em consideração que se observaram sócios com ambos os braços levantados, em momento de votação, o apuramento da vontade da Assembleia tornou-se difícil, senão mesmo impossível.

Foi num dos requerimentos pedindo a contraprova por contagem do Conselho Fiscalizador, que este órgão do Sindicato propôs concretamente a auscultação à classe por voto secreto e directo em Assembleia expressamente convocada.

Face à extraordinária aceitação desta proposta por parte de quase todos os pre-

sentes, aceitação reconhecida por uma prolongada e ruidosa salva de palmas, o habitual grupo provocador, adepto do braço no ar, mesmo para Assembleias numerosas como aquela, desencadeou uma acção de boicote, tendente a não permitir obter da Assembleia a expressão da sua vontade.

O Conselho Fiscalizador tomou ainda conhecimento por parte de alguns sócios da presença na sala de indivíduos alheios ao Sindicato, o que confirma a intencionalidade do derrube de mesas de controle no momento de maior afluência.

É TRISTE QUE AINDA HAJA QUEM USE DE TAIS GOLPES!

Nestas condições, e porque nos parece estar provada a dificuldade de condução de uma Assembleia com um número tão elevado de presenças, o Conselho Fiscalizador reafirma:

«Após ampla divulgação do Relatório de Actividade da Direcção, deverá ser feito um REFERENDO à classe sobre este Relatório, nos moldes semelhantes à auscultação feita para o acto eleitoral.»

O CONSELHO FISCALIZADOR

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE SINDICAL DA DIRECÇÃO DO SINDICATO DE 12-1-76 A 14-10-76

Nove meses após termos sido democraticamente eleitos pela classe para a Direcção do nosso Sindicato, eis que somos chamados a prestar contas da nossa actividade sindical.

Diremos àqueles que pediram esta Assembleia para analisar a nossa actuação e àqueles que o não solicitaram, mas que não deverão dispensar-se de o fazer, que nos prezamos de a nossa actuação se ter processado sempre bem às claras, sem manobras ou recursos a quaisquer encapota-

mentos, ao serviço dos trabalhadores, e apenas destes.

Não rejeitaremos os erros que em algum momento tivéssemos cometido, mas também não é disposição desta Direcção permitir que, caso os houvesse cometido, alguém pretenda deles servir-se para encobrir a grande e única razão de fundo que levou à convocação desta Assembleia Geral.

Foi num momento crítico da vida política e sindical que tomámos posse. Estava então o nosso Sindicato vinculado à manifestação do dia 17 de Janeiro, que se pretendia de repúdio contra o aumento do custo de vida e contra o congelamento da contratação colectiva. Não a apoiámos, não por convívio com governos, mas porque os seus promotores empregando as habituais demagogias utilizavam os trabalhadores para combater a «política anti-operária e anti-popular do Governo» de então, escamoteando a responsabilidade daqueles que, em Governos anteriores, sabotaram o plano económico, facto que contribuiu fortemente para a crise que ainda no presente momento sentimos.

Porque, embora repudiando o congelamento da contratação colectiva como na altura o fizemos, não vimos os promotores da dita manifestação insurgirem-se contra o congelamento «de facto» que o ministro Costa Martins praticou, ao «esquecer» nas gavetas da sua secretária contratos colectivos, como o da Construção Civil ou dos Metalúrgicos, por exemplo.

Foram muitos os momentos em que fomos chamados à reflexão e à participação, fizemo-lo sempre consequentemente e dentro das linhas programáticas da nossa proposta de acção sindical. Desde os actos bombásticos e terroristas às manifestações e paralisações, desde as libertações dos pides ao regresso de notórios fascistas, nunca deixou esta Direcção de tomar a posição que a nossa consciência de trabalhadores nos impunha, sempre que sentíamos o peso da ameaça pairar sobre as conquistas dos trabalhadores.

Ao longo dos Plenários de Delegados Sindicais, debruçámo-nos desde a questão da integração da Previdência no Estado, passando pela discussão da mais variada legislação, culminando os dois últimos plenários pela abordagem do Congresso Sindical.

Não devemos esquecer as tomadas de posição sobre o famigerado DROT do Ministério do Trabalho, Horário Nacional e Lei da Greve.

Período bem difícil foi aquele que se seguiu ao descongelamento da contratação colectiva. A arrancada simultânea das muitas dezenas de contratos congelados por força de um decreto-lei e acumulada com aqueles que iniciavam a sua revisão exigiu de todos nós um esforço total completo com o recurso à participação e colaboração de vários associados do nosso Sindicato.

Cabe aqui analisarmos um pouco a política de contratação colectiva a que por vezes nos vemos sujeitos, sobretudo no campo das verticalizações, por elementos ditos defensores dos interesses dos trabalhadores.

É certo que, se todos estemos empenhados na construção de uma sociedade mais justa, devemos pugnar para que as mais flagrantes situações de injustiça social sejam eliminadas. Mas esta eliminação passa muito concretamente pela correcção através de procurar alertar determinadas realidades sociais já alcançadas por alguns trabalhadores aos que delas ainda não usufruíram, nunca pela sua negação pura e simples. Passa também pela diminuição do leque salarial através da eliminação de categorias profissionais, criadas para permitirem uma melhor forma de exploração dos trabalhadores.

Para cúmulo, na luta que temos de levar a cabo com as associações patronais, para a negociação dos diversos contratos colectivos de trabalho, temos de nos bater pela manutenção de regalias e direitos adquiridos pela classe, contra aqueles que, em nome da classe operária, atropelam e atacam com intenções que facilmente se adivinham os trabalhadores a quem fazem as propostas «unitárias»!

Ainda no campo da contratação, as nossas maiores apreensões vão para os muitos milhares de trabalhadores que, não sendo ainda abrangidos por quaisquer contratos de trabalho, vêm os seus salários e regalias sociais regulamentadas pela Portaria de Ordenados Mínimos. Vai para três meses que enviamos ao Ministério do Trabalho um projecto de portaria para revogar a mais que ultrapassada mas ainda em vigor P.O.M. Estamos fartos de ouvir que está a aguardar assinatura e despacho para publicação, iremos actuar sem mais demoras.

Para a política de verticalizações que o nosso programa de acção aponta, ainda não nos foi possível darmos satisfação ao seu cumprimento, não porque não estejamos na disposição de o fazer se for essa a vontade da classe do sector visado, mas por entendermos não estarem criadas as condições que permitam a sua concretização.

Afirmamos, porém, não estarmos dispostos a seguir pisadas antecedentes, como, por exemplo, a «verticalização» do sector do comércio retalhista.

Mais de nove mil trabalhadores de escritório «viram-se» transferidos para o Sindicato do Comércio, sem que o mesmo se encontrasse apetrechado técnica e humanamente para os poder defender. Mais grave ainda foi que apenas o sector administrativo se viu verticalizado e, nas diversas empresas a que pertencem, os trabalhadores continuam divididos por 10 e mais Sindicatos de profissão, pois os restantes sectores não foram verticalizados.

Dizemos não às pseudoverticalizações, dizemos sim à criação de sindicatos verticais por sectores de actividade económica.

Exemplos destes e como o da falhada tentativa de verticalizar o sector da construção civil «à força» repudiamos.

Também repudiamos e denunciámos aqueles que, a pretexto da sua «despretensiosa» colaboração para o bom funcionamento e execução das diversas actividades sindicais, visam a recuperação do controlo que sobre o Sindicato exerciam, através de um auto-eleito «Secretariado» dos Grupos de Trabalho, para criarem um órgão paralelo à Direcção.

Opomo-nos firmemente a essas manobras, só haverá uma Direcção: a que a classe elegeu e que assim se manterá enquanto a maioria o entender.

Grande parte da nossa actividade é também dedicada aos problemas que dizem respeito a conflitos de trabalho. Despedimentos sem justa causa, saneamentos ideológicos, criação de condições para levar ao afastamento compulsivo de trabalhadores, recusa do cumprimento e aplicação de contratos colectivos de trabalho, etc., é uma azáfama de que o volumoso movimento de centenas de processos, o contencioso do nosso Sindicato, nos dá conta.

Para além das actividades e preocupações com que diariamente nos debatemos que são comuns na maioria dos sindicatos, tem a nossa actuação merecido particular atenção no que respeita aos problemas concretos do movimento sindical português, da sua estrutura actual, principalmente da Central Sindical — Intersindical.

Recordamos a todos os associados que o nosso programa de acção sindical já a anunciava como uma estrutura que primava pela antidemocraticidade, pelo monolitismo, pela actuação da actual linha de orientação político-sindical do seu órgão executivo, o secretariado da Intersindical. Data a fundação da central sindical de 1970, quando então era difícil e perigoso o exercício de qualquer actividade sindical.

Tal dificuldade e perigosidade levavam então os trabalhadores antifascistas a estarem unidos, independentemente das ideologias ou partidos que alguns pudessem perfilhar, permitindo essa unidade antifascista a construção da central sindical.

Quando finalmente, em 25 de Abril de 1974, a Intersindical pôde passar da clandestinidade à luz do dia, foi alvo da gula e do aproveitamento político partidário que levou ao afastamento compulsivo de muitos trabalhadores democráticos e antifascistas que estiveram na origem da sua fundação.

Conheceu este autêntico assalto à central sindical o seu apogeu, aquando da realização do I Congresso da Intersindical, em Julho de 1975. Antes, houvera já uma questão que consideramos factor principal da divisão dos trabalhadores portugueses, a lei da unidade.

Nesse I Congresso, que teve a fraca participação dos trabalhadores deste País, e através de uns estatutos que «ninguém» discutiu e do qual algumas direcções presentes ao Congresso, tiveram conhecimento dele apenas meia hora antes do início dos trabalhos, se elegeu o Secretariado da Intersindical.

Nesse I Congresso, fez-se a eleição de figuras e não de sindicatos para a composição do secretariado. É assim que o Sindicato dos Escritórios tem lá um representante que não é da actual Direcção, antes, pertenceu a uma Direcção cujo programa a classe não reelegeu.

Assim, perguntamos nós que legitimidade tem para falar em nome dos trabalhadores semelhante secretariado?

Esse I Congresso, realizou-se quando na maioria dos Sindicatos decorriam eleições e muitas das direcções então presentes não viram os seus programas de acção sindical reeleitos pelas respectivas classes, como por exemplo, a do Sindicato dos Escritórios.

Esse I Congresso, realizou-se quando na maioria dos Sindicatos decorriam ainda as Assembleias Gerais para aprovação dos novos estatutos, que, conforme o preceituado «unicitariamente» teriam de ser remetidos ao Ministério do Trabalho para apreciação e posterior publicação. Clara demonstração esta da independência do Movimento Sindical Unicitário, face ao Governo!

Mas acaso não foi esse mesmo Governo que conjuntamente com as mais gradas figuras de então, do Conselho da Revolução, presidiu à sessão de encerramento do referido Congresso numa clara e inequívoca demonstração de gratidão pelas benesses superiormente «conquistadas» pelos trabalhadores, como a lei da UNICIDADE?

Cremos não valer a pena determo-nos por mais tempo com considerações à «legalidade» do Congresso e à «legitimidade» do secretariado lá eleito.

Também não nos iremos deter sobre a análise da actuação deste secretariado, certos de que todos têm bem presentes o seu envolvimento nos momentos mais conturbados da política nacional e a asfixia com que brindou as lutas dos trabalhadores da Lisnave, Top, Efaced, CCT, Metropolitano, etc., etc., etc...

Este comportamento levou à rejeição por parte de centenas de milhares de trabalhadores, da sua linha de orientação político-sindical, era a cisão «de facto» no movimento sindical português.

Como direcção de um Sindicato filiada na Intersindical, por força de uns estatutos que ainda se regem por princípios unicitários, já revogados, sabemos bem, quanto nos custou apostarmos na contestação no seio da central sindical, mas não estamos arrependidos nem lamentamos nenhuma das nossas presenças, por vezes bem difíceis, nos seus plenários.

Para tentar corrigir o que verificámos e sentimos de errado, para que sejam criadas condições que permitam a construção da verdadeira Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses, Autónoma, Democrática e Independente, para evitar a institucionalização da cisão no movimento sindical português, para evitar percas irremediáveis que possam fazer perigar as conquistas alcançadas após o 25 de Abril subscreveu a nossa Direcção um documento, uma proposta honesta de unidade, um apelo urgente, uma perspectiva nova que se abre no movimento sindical, a Carta Aberta.

Quais os princípios fundamentais que caracterizam a Carta Aberta?

Nós voltamos a divulgar:

- a) pela defesa da autonomia e independência dos Sindicatos;
- b) pela defesa da democracia sindical;
- c) pela defesa da unidade do movimento sindical.

A CARTA ABERTA é isto, tão-somente isto!

Quem a rejeita? Quem a ataca? Quem calunia os que a defendem? Em suma, quem verdadeiramente a TEME?

Nós damos a resposta.

Quem se diz defensor da unidade dos trabalhadores mas não abdica de pretender continuar a impor a unidade padrão.

Quem tem dominado a actual estrutura sindical e não abdicará de continuar a exercer o seu controle, mesmo que isso custe a todos os trabalhadores o mais elevado preço, a cisão!

Quem é incapaz de a discutir e a aceitar porque tem por norma uma prática antidemocrática. Quem pretende fazer crer aos trabalhadores que a CARTA ABERTA é uma manobra da reacção e paternalmente os «avisa» que a mesma deve ser desmascarada e combatida.

E quem a APOIA?

Todos os trabalhadores verdadeiramente democráticos, seriamente empenhados na construção da unidade, honestos defensores do princípio de um CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PARA A CONSTRUÇÃO DA VERDADEIRA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE.

A Carta Aberta foi publicada em 27 de Abril de 1976. É hoje subscrita por algumas dezenas de direcções sindicais, apoiada por centenas de milhares de trabalhadores.

Hoje, como nós, as direcções sindicais que aderiram aos princípios nela contidos são alvo de pressões no sentido de a dela se desvincularem a fim de que a Intersindical mais facilmente consiga levar por diante a realização de um Congresso, que passe o facto de anunciar como aberto a todos os sindicatos, não será mais do que o II Congresso da Intersindical, pelo reforço da sua «unidade», pela «reestruturação» da actual Central.

Em Março do corrente ano, em Coimbra, o secretariado da Intersindical anuncia ir convocar novo Congresso para adaptação das estruturas à nova situação política.

Em Abril, iniciam-se conversações entre o secretariado da Inter e algumas direcções que o contestam para a realização dum 1.º de Maio unitário. E para nós fundamental a vinculação por parte do Secretariado ao anunciar publicamente a convocação de um Congresso de todos os Sindicatos filiados e não filiados na Intersindical; condicionámos a nossa participação no 1.º de Maio a esse facto. Assim aconteceu.

Têm lugar desde então até 16 de Agosto passado, reuniões entre o secretariado da Intersindical e os Sindicatos que integram a Comissão de Redacção da Carta Aberta que visam a criação de plataformas de entendimento que permitam avançar na realização do Congresso.

A 16 de Agosto surge uma divergência que resulta numa situação de impasse. A Comissão de Redacção da Carta Aberta defende o princípio de que a presidir à convocação do Congresso terá de haver uma Comissão Nacional Organizadora, cuja constituição deverá ser paritária, isto é, que na mesma deverão estar integradas todas as correntes de opinião existentes no movimento sindical português, sem que, qualquer que seja a corrente, alguma detenha sobre as restantes uma situação de hegemonia. Isto, por forma a dar a todos os trabalhadores, a todas as direcções sindicais garantias de democraticidade, indispensáveis para que ninguém verdadeiramente interessado na unidade se permita rejeitar o Congresso por suspeita de qualquer manipulação.

Argumentando aritmeticamente estar em maioria no movimento sindical, o Secretariado da Intersindical rejeita o princípio da paridade!

Porquê? Se a Comissão Nacional Organizadora tem apenas como tarefa a preparação e convocação do Congresso, porque recusa-la?

Se o Congresso for verdadeiramente democrático, a maioria de que se autoproclama o secretariado da Intersindical terá necessariamente de se reflectir nos resultados desse Congresso!

Será a falta da certeza de estar mesmo em MAIORIA no movimento sindical que leva o secretariado da Inter a recusar o princípio da paridade?

Mas, se a paridade for rejeitada, terão os trabalhadores garantias democráticas para participação no Congresso?

Aquando da situação de impasse, em 16 de Agosto, propôs a Comissão de Redacção da Carta Aberta o seguinte:

— A maioria dos trabalhadores não sabe o que se passa em relação ao Congresso, vamos à Televisão fazer um debate, mesas-redondas nos órgãos da comunicação social, dêmos conhecimento aos trabalhadores desta divergência de fundo que nos impossibilita de avançarmos, após o que poderemos promover plenários nos locais de trabalho e Assembleias Gerais nos Sindicatos, a fim de que eles se possam pronunciar sobre esta questão.

A nossa proposta é, como se pode verificar, uma proposta para que se discuta primeiro e se eleja depois consoante a vontade expressa pelos trabalhadores.

A Intersindical recusou os debates por considerar que os órgãos da comunicação não estão ao serviço dos trabalhadores e o capital não recorre a eles para dar a conhecer aos trabalhadores que não está de acordo.

Assim, em 4 de Setembro, numa Reunião Geral de Sindicatos foi eleita uma comissão organizadora constituída maioritariamente por direcções sindicais que lhe são afectas e está agora a promover plenários nas empresas com os trabalhadores, já foi à Televisão e outros órgãos da comunicação, pois pelos vistos já não os teme e eram infundados os seus receios.

Esta conduta envolve uma MANOBRÁ que urge denunciar. A preocupação do secretariado da Inter é bem evidente, executando por ordem inversa a nossa proposta, isto é, eleger primeiro e discutir depois, que significa senão pretender manobrar a seu bel-prazer o próximo Congresso?

Poderá acontecer que consiga levar por diante os seus intentos.

Esta Assembleia Geral foi convocada para tentar a desvinculação da direcção do nosso Sindicato da CARTA ABERTA e a consequente integração e adesão ao II Congresso da Intersindical. Sim, II Congresso, pois este não é o preconizado por quem está verdadeiramente empenhado na Construção da Unidade.

Qualquer que seja a deliberação desta Assembleia Geral, em relação ao próximo Congresso, que teremos de cumprir, com a CARTA ABERTA iniciou-se um processo que é irreversível e as perspectivas apontadas na mesma não deixarão de continuar a merecer o incondicional apoio desta Direcção e de centenas de milhares de trabalhadores, que, estamos certos, acabarão por conseguir concretizar na prática os princípios nela contidos:

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DOS SINDICATOS
DEMOCRACIA SINDICAL
UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL

POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE,
SOB OS PRINCÍPIOS DEFINIDOS E DEFENDIDOS PELA CARTA ABERTA,
É A PROPOSTA QUE A DIRECÇÃO FAZ NESTE MOMENTO A ESTA ASSEMBLEIA

A DIRECÇÃO

DLx - 18/10/1976

COMUNICADO

Realizou-se ontem, dia 14.10.76 uma Assembleia Geral Extraordinária, que contou com a presença de largos milhares de trabalhadores.

Dado o declarado boicote à mesma pela força afectada à Intersindical, que culminou com a tentativa de agressão física e graves ameaças à Direcção e Mesa da Assembleia Geral, viu-se esta obrigada, por não estarem asseguradas condições mínimas de segurança ao prosseguimento da Assembleia, de dar a mesma por encerrada.

Através de contactos telefónicos de associados e também de alguns órgãos da comunicação social, constatamos estar a ser alvo de graves especulações, em nada correspondentes à verdade, a forma como decorreu a Assembleia Geral de ontem.

Para repor a verdade dos factos, de que, aliás, vários

milhares de trabalhadores são testemunha, a Direcção do Sindicato informa todos os trabalhadores:

— Tendo surgido contestações na contagem de uma votação por parte de um sector da Assembleia, surgiu um pedido de contraprova a realizar pelo Conselho Fiscalizador.

Atendendo à dificuldade de contagem nominal dado o número elevadíssimo de presenças e a própria estruturação da sala, entendeu o Conselho Fiscalizador ser extremamente difícil, mesmo impossível, fazer tal contagem correctamente, pelo que propôs que tal viesse a ser feito no mais curto espaço de tempo por referendo à classe, o que mereceu da parte dos trabalhadores presentes autêntica manifestação de apoio.

Foi exactamente neste momento que os trabalhadores afectos à Intersindical desencadearam todo o boicote que forçou a Mesa da Assembleia Geral ao encerramento da Assembleia.

Pela DIRECÇÃO

COMUNICADO

Hoje, 15 de Outubro de 1976, pelas 02.00 h, reuniu de emergência a Direcção do Sindicato para apreciação dos acontecimentos verificados na Assembleia Geral realizada em 14 de Outubro de 1976, no Pavilhão dos Desportos.

Devido aos tumultuosos acontecimentos ocorridos durante a mesma, que culminaram com insultos e atentados à integridade física dos elementos desta Direcção, o Presidente da Mesa da Assembleia, por manifesta falta de condições, deu a mesma por encerrada.

A Direcção decidiu apoiar a Proposta do Conselho Fiscalizador no sentido da classe se pronunciar por voto secreto e directo da posição deste Sindicato face ao próximo Congresso Sindical.

A DIRECÇÃO

15.10.76

M O Ç Ã O

TRABALHADORES FILIADOS NO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS DE LISBOA; REUNIDOS APÓS O BOICOTE ORQUESTRADO A ASSEMBLEIA DO DIA 14, DECIDEM:

- DAR UM VOTO DE CONFIANÇA À MESA DA ASSEMBLEIA GERAL, PELA FORMA CORRECTA E DEMOCRÁTICA COMO CONDUZIU TODA A ASSEMBLEIA.
- RECONHECER PUBLICAMENTE A HONESTIDADE DO CONSELHO FISCALIZADOR AO PROPOR O VOTO SECRETO COMO FORMA DEMOCRÁTICA DE TODOS OS TRABALHADORES SE EXPRESSAREM LIVREMENTE E SEM COACÇÕES.
- REAFIRMAR A PROPOSTA DO CONSELHO FISCALIZADOR QUER DIZER FAZER UM REFERENDO POR VOTO SECRETO.
- MANIFESTAR O SEU INCONDICIONAL APOIO À DIRECÇÃO EM TODAS AS POSIÇÕES TOMADAS QUE SE REFIRAM A UM CONGRESSO VERDADEIRAMENTE DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS.
- REAFIRMAR A SUA POSIÇÃO DE LUTA POR UM CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS PELA CARTA ABERTA, PELA PARIDADE!
POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE

POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE.

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO

COIMBRA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores Electricistas, zona de Coimbra para o Plenário da que se realiza dia 19, 3.ª Feira pelas 21 horas, na sede do Sindicato com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Congresso dos Sindicatos
- 2.º Informações

Coimbra, 16 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

PLENÁRIO DE SÓCIOS

ORDEM DE TRABALHOS

— Discussão e votação do Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses;

18
Segunda
20.30 h

LISBOA

Salão Nobre do Instituto
Superior Técnico
(ao cimo da Alameda
D. Afonso Henriques)

Se ainda não recebeste o projecto do regulamento pede-o na Sede.

Os Delegados Sindicais devem divulgar amplamente esta reunião.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

A DIRECÇÃO

15-10-76

PUB.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE BRAGA

(SEDE)

PLENÁRIO

Convocam-se todos os trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos de Braga para participarem no plenário que terá lugar no salão do Inatel pelas 18.30 horas, no dia 20 de Outubro de 1976 (quarta-feira) com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Contratação colectiva.
2. Congresso dos Sindicatos Portugueses

NÃO FALTES

PARTICIPA

ANALISA

DISCUTE

DECIDE

PLURALISMO ENFRAQUECE,

UNIDADE FORTALECE.

Braga,

Outubro de 1976

Pel'A DIRECÇÃO
é Alberto Fernandes Barbosa

17 OUT. 1976

VOTAÇÃO DE BRAÇO NO AR originou conflitos em Lisboa

Terminou de forma bastante conturbada a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que teve lugar na Feira Internacional de Lisboa.

Após a mesa ter considerado aprovada por maioria uma moção oriunda da reunião geral de delegados sindicais efectuada em 28 do mês passado, a qual impõe que o Sindicato não se faça representar no próximo «Congresso de Todos os Sindicatos», o sector da assistência que saiu vencido na votação insurgiu-se ruidosamente contra o resultado da mesma, tendo alguns sócios mais exaltados recorrido ao confronto físico.

Dada a extrema agitação que se verificava e as ameaças de agressão que lhes eram dirigidas, os elementos da mesa abandonaram a sala, sem que se tivesse escutado, porventura devido ao enorme ruído, qualquer declaração de encerramento da assembleia.

Deste modo, acabou por não ser votada uma outra moção também na mesa, a qual apoiava a reafirmação do princípio da central sindical única e exigia que no Congresso dos Sindicatos a realizar sejam admitidos todos os sindicatos portugueses sem excepção, e que na central sindical se verificasse uma representação proporcional das diversas correntes, num sistema que assegure a

democraticidade do seu funcionamento.

Refira-se que foi exactamente o processo de votação que esteve na origem dos conflitos, uma vez que o elevado número de presenças — cerca de 5 000 — e as condições do recinto tornavam difícil uma avaliação incontroversa.

Os braços erguidos eram sempre aos milhares, quer apoiando quer rejeitando o que era votado. Nem a divisão dos associados em dois blocos colocados em lados opostos do recinto permitiu uma avaliação precisa, porquanto a superfície ocupada por ambos eram quase a mesma.

PRIMEIRO DE JANEIRO

PORTO

17 OUT. 1976

BANCÁRIOS DO SUL NÃO PARTICIPAM NO CONGRESSO DOS SINDICATOS

Terminou, na madrugada de ontem, e em clima de grande perturbação, o plenário do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, convocado para a noite de sábado, nas instalações da F. I. L., para discussão e decisão acerca de uma moção originária da reunião geral de delegados sindicais, efectuada em 28 de Setembro, segundo a qual aquela associação de trabalhadores não deveria participar no Congresso dos Sindicatos.

O elevado número de trabalhadores presentes e as péssimas condições da sala para este género de reuniões, perturbou o andamento dos trabalhos, tornando-se difícil o apuramento das decisões, apesar dos processos usados pela mesa orientadora da reunião.

Com efeito, a votação de braço no ar, ou «sim para um lado, não para o outro», não permitiu a obtenção de resultados muito seguros, segundo a opinião dos vencidos, os quais alegam, que era impossível contar os «votos» cujo número de ambas as partes se aproximava.

No entanto, a mesa considerou vencedora a posição dos delegados sindicais — não participação no Congresso — gerando-se de imediato grande confusão, chegando mesmo a registar-se confrontos físicos de alguns trabalhadores bancários mais exaltados, que não con-

cordaram com a decisão anunciada.

Durante o debate, que antecedeu a votação, registaram-se acontecimentos insólitos, particularmente quando usavam da palavra os trabalhadores que defendiam a posição da Direcção, idêntica à dos delegados sindicais.

Perante o desenrolar dos acontecimentos, os componentes da mesa resolveram abandonar a sala, não sendo votada uma outra moção que constava da ordem dos trabalhos, segundo a qual é reafirmado o princípio da existência de uma central única sindical e que no Congresso sejam admitidos todos os sindicatos.

De acordo com um comunicado divulgado no fim da sessão, a Direcção do Sindicato afirma que «um grupo minoritário, apregoando a necessidade do reforço da sua unidade, invadiu o local onde se encontravam os corpos gerentes, agredindo alguns dos seus elementos, numa demonstração de prática terrorista», sendo de sublinhar que essas atitudes, segundo a mesma fonte, partiram dos elementos afectos à Intersindical.

Na confusão estabelecida após a votação, e dada a impossibilidade de continuar os trabalhos, a Direcção resolveu encerrar o plenário, embora o respectivo anúncio não tenha sido compreendido pela maioria dos presentes.

18 OUT. 1976

CONGRESSO DOS SINDICATOS MOVIMENTO IMPETUOSO NO SENTIDO DA UNIDADE

O grupo de direcções afectas à chamada "carta aberta" continua a sofrer pesados reveses, à medida que se vão efectuando assembleias gerais de sindicatos nas quais os trabalhadores marcam posição quanto à realização do próximo Congresso de todos os Sindicatos.

Por todo o país, cumprindo um vasto calendário de reuniões, os trabalhadores têm imposto, por esmagadora maioria, a orientação de levar avante o Congresso, exigindo das direcções dos seus sindicatos todo o trabalho necessário para preservar a unidade sindical e reforçar a sua central única, a Intersindical Nacional.

Os trabalhadores bancários do Norte, como os trabalhadores da Função Pública (zona Norte), os marceneiros do Porto, os metalúrgicos de Viana do Castelo, os ajudantes

e praticantes de despachante oficial, despachantes privativos e agentes aduaneiros, os metalúrgicos do distrito de Santarém, os químicos do Sul, os trabalhadores de carnes dos distritos de Santarém e de Setúbal, os Gráficos do Porto, Bragança e Vila Real, os trabalhadores de cerâmica, cimentos e similares de Setúbal, os metalúrgicos de Lisboa e os trabalhadores do Comércio e Indústria Farmacêutica resolveram todos eles, em assembleias gerais dos seus sindicatos, apoiar a realização do Congresso e aprovar o projecto de regulamento apresentado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP) eleita em reunião geral de sindicatos. Uma tónica destas reuniões é também o repúdio pelas manobras divisionistas, de muitas delas resultando apelos às direcções do grupo da "carta aberta" para que se integrem no Movimento Sindical

Unitário e participem no Congresso, pelo reforço da unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

LÍBANO: ASSAD ORDENA CESSAR FOGO

Pág. 15

Por outro lado, tal como acontecera no Sindicato dos Escritórios de Lisboa, a assembleia geral dos bancários do Sul e Ilhas foi interrompida no meio de muita confusão, originada por divergências quanto ao verdadeiro resultado das votações efectuadas. Na reunião estava em causa a posição a seguir pelo Sindicato quanto ao Congresso, apresentando-se os cerca de cinco mil trabalhadores presentes divididos em dois grandes blocos com sensivelmente igual número de trabalhadores. O facto de a mesa da assembleia declarar, embora com hesitações, uma das posições (precisamente a da "carta aberta") como vencedora levou a que os trabalhos fossem interrompidos, quando os corpos gerentes do sindicato a b a n d o n a r a m precipitadamente o recinto da FIL (Pág. 9)

Bancários do Norte deixam a «Carta Aberta»

Os trabalhadores bancários do Norte, reunidos em assembleia geral na sexta-feira, decidiram "apoiar a participação do seu sindicato no Congresso de Todos os Sindicatos, para a reestruturação da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, na sua preparação e dinamização, como forma de reforçar a unidade do Movimento Sindical".

Contrariando a actuação que tem seguido a direcção do Sindicato — das mais importantes do grupo da chamada "carta aberta" — esta decisão foi tomada em votação por sufrágio secreto, realizada cerca das três horas da madrugada de sábado, após longas horas de discussão. A moção aprovada por maioria, encarrega a direcção do sindicato de "desenvolver esforços no sentido do combate ao pluralismo sindical e a todas as iniciativas que levem à formação de blocos" no seio do Movimento Sindical. Repudiando, implicitamente, a actuação da direcção no seio do grupo da "carta aberta", a assembleia geral decidiu, igualmente, exigir que ela participe "apenas em reuniões que sejam abertas a todos os sindicatos" e que "dinamize, por todas as formas ao seu alcance, a preparação do Congresso".

Em Lisboa, também na noite de sexta-feira para sábado, os bancários do Sul e Ilhas reuniram-se em assembleia geral para deliberar sobre o mesmo assunto. A sessão interrompeu-se bruscamente, depois de intensa agitação provocada por desacordos quanto ao modo e resultados atribuídos às votações.

Com efeito, a mesa que presidia aos trabalhos no recinto da FIL, onde cerca de cinco mil trabalhadores bancários haviam acorrido, estabeleceu grande confusão nas votações. Os trabalhadores

votavam em dois blocos de dimensões bastante aproximadas, e cerca de metade deles protestava pelo facto de a mesa ter atribuído a vitória a um dos blocos quando se afigurava impossível tirar qualquer conclusão precisa. Aliás, a própria mesa, embora insistindo em dar a vitória a um dos grupos — precisamente aquele que apoiava a posição da direcção, ou seja, a da chamada "Carta Aberta" — nunca declarou, de forma perfeitamente categórica, os resultados das votações.

Após sucessivas contestações quanto aos resultados da primeira votação, sobre o teor de uma moção afectada à "Carta Aberta", a mesa veio a pedir aos trabalhadores que se dispusessem na sala em dois sectores distintos: os que apoiavam a "carta aberta" para a direita, os que defendiam a adesão à CNOP à esquerda.

Mesmo assim, tornava-se impossível avaliar a maioria. A própria mesa vacilou e, a dada altura, declarou "parecer-lhe" que a vitória da ala direita era "clara". Nesse momento, aumentou a confusão entre os dois sectores da assembleia, tendo sido recusadas pela mesa outras formas de votação, como a nominal.

A partir desta altura, não foi mais possível prosseguir a assembleia. Aliás, uma proposta existente na mesa, exigindo a saída da direcção do grupo da "Carta Aberta" não chegou a ser votada, por ter sido considerada prejudicada pela moção anterior. A referida proposta advogava a integração do sindicato na CNOP, para a qual foi democraticamente eleita em reunião geral de sindicatos (com 170 representações).

**SINDICATOS
APROVAM
PROJECTO**

Os trabalhadores da Função

Pública (Zona Norte) resolveram aderir ao Congresso de todos os Sindicatos, aprovando, na íntegra, o projecto de regulamento elaborado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP). Do mesmo modo se pronunciaram os trabalhadores marceneiros do distrito do Porto e os ajudantes e praticantes de despachante oficial, despachantes privativos e agentes aduaneiros do Norte.

Ainda no Porto, os trabalhadores de escritórios reuniram-se na sexta-feira em assembleia geral do seu sindicato, na quarta reunião convocada para deliberar sobre a presença no Congresso. Ao fim de muitas horas de discussão — a reunião prolongou-se durante toda a tarde e acabou já ao fim da noite — foi decidido convocar uma quinta sessão da assembleia que, atendendo a que todas as posições foram

expostas e os trabalhadores estão já esclarecidos, será deliberativa. Trabalhadores presentes na assembleia apontaram, no entanto, o carácter provocatório do modo como a assembleia decorreu e mostraram-se convictos de que a direcção, afectada à chamada "carta aberta", tem vindo a arrastar a discussão até que se lhe afigure favorável à votação, o que não parecia susceptível de acontecer no sábado.

Os trabalhadores gráficos do distrito do Porto, Bragança e Vila Real, reuniram-se, igualmente, no sábado, para apreciar o projecto de regulamento do Congresso, aprovando-o na íntegra.

Decidiram, também, dar um voto de confiança à direcção para que continue na CNOP, e apelar a todas as direcções da "carta aberta" que se integrem no Movimento Sindical Unitário e participem no Congresso.

18 OUT. 1976

"CARTA ABERTA" EM CAUSA

Não dos Bancários do Norte pode ter peso no Sul

Manifestando-se abertamente contra o comportamento da Direcção do seu Sindicato, uma das mais activas participantes na redacção e lançamento da «Carta Aberta», os Bancários do Norte decidiram-se, no seu último plenário, pela participação no Congresso de todos os Sindicatos, com vista à «reestruturação da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, sua preparação e dinamização, como forma de reforçar a unidade do Movimento Sindical».

A moção dos bancários do Norte, aprovada por maioria e após escrutínio secreto, responsabiliza ainda a Direcção por todo um trabalho a desenvolver «no sentido do combate ao pluralismo sindical e a todas as iniciativas que levem à formação de blocos». A Direcção é ainda vivamente criticada pela sua participação no grupo da «Carta Aberta». A es-

te propósito, a moção exige que a Direcção passe a participar apenas em reuniões que sejam abertas a todos os sindicatos».

É de prever que os resultados do plenário venham a pesar na zona de acção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Conforme na altura noticiámos, a A. G. T. deste Sindicato, realizada na passada sexta-feira nas instalações da F. I. L., terminou de modo pouco claro, sobretudo quando a mesa pediu aos vários milhares de trabalhadores presentes que se dispusessem na sala em dois sectores: de um lado os partidários do Congresso de Todos os Sindicatos, do outro os partidários da «Carta Aberta». Após alguma hesitação na apreciação do qual seria o sector numericamente superior, a mesa decidiu que era maioritário o grupo apoiante da «Carta Aberta». O facto levantou uma onda de protestos por parte do outro sector, protestos sobretudo, contra uma contagem considerada arbitrária. Vozes se levantaram então exigindo a votação por sufrágio secreto, processo que viria a ser adoptado no plenário dos bancários do Norte.

O plenário de Lisboa acabaria por ser bruscamente interrompido no meio de grande agitação.

ESCRITÓRIOS

O revés sofrido pela Direcção do Sindicato dos Bancários do Norte pode ainda vir a ter repercussões na situação da Direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa. Basta recordar o paralelismo existente na maneira como decorreram os plenários dos escritórios (quinta-feira no Pavilhão dos Desportos) e dos bancários do

Sul (sexta-feira na F. I. L.). Em ambos os casos, os resultados das votações efectuadas parecem não ser concludentes.

Trabalhadores dos escritórios estão a organizar-se com vista à marcação de uma data para realização da segunda sessão da Assembleia Geral, pois defendem que a mesa do plenário não pode dar, estatutariamente, os trabalhos como encerrados, havendo requerimentos e propostas na mesa e oradores inscritos. O sistema de votação utilizado na Assembleia Geral dos Trabalhadores de Escritório foi em tudo idêntico ao do plenário dos Bancários e alvo também de vivos protestos por parte do sector que apoia a participação do Sindicato no Congresso, com repúdio da «Carta Aberta» por eles classificada de manobra divisionista.

APOIOS AO CONGRESSO

Aumenta todos os dias o número de Sindicatos e outras

organizações de trabalhadores que apoiam a realização do Congresso de Todos os Sindicatos e se manifestam contra todas as tentativas de divisão do Movimento Sindical.

Entretanto, os trabalhadores da Função Pública da Zona Norte debateram já e aprovaram, na íntegra, o projecto de regulamento do Congresso elaborado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória. Narceneiros do Porto, ajudantes e praticantes de despachante oficial, despachantes privativos e agentes aduaneiros do Norte, assim como os gráficos do Porto, Bragança e Vila Real, concluíram, de modo idêntico, os debates que levaram a cabo durante a passada semana. Os trabalhadores gráficos referidos terminaram dirigindo um apelo a todas as direcções do grupo da «Carta Aberta» para que revejam as suas posições e decidam participar no Congresso de Todos os Sindicatos.

económico, político e sindical, face à actual situação política. Segundo os termos do comunicado que anuncia esta iniciativa, as sessões de trabalho estarão abertas aos social-democratas que, para o efeito, se inscrevam junto da respectiva comissão organizadora.

A propósito da maneira como decorreu a última assembleia geral dos escritórios, efectuada no passado dia 14, os trabalhadores da Sociedade Comercial Guérin decidiram exigir a realização de nova assembleia, repudiando, desde já, qualquer adesão ao grupo da «Carta Aberta», que caracterizam como «ultra-trabalhadores sugerem à direcção que se demita do seu cargo, caso não se sinta «com capacidade e honestidade para resolver os problemas da classe».

Decorre nos próximos dias 6 e 7 de Novembro, em Coimbra, o I Encontro Nacional de Bancários Sociais-Democratas, que visa aprofundar, «numa óptica socialista-humanista», a reflexão sobre problemas de carácter

capitel 18/10/76

18 OUT. 1976

Ponto quente no movimento sindical**Bancários do Sul e Ilhas não participarão no congresso**

Com a decisão de permanência da direcção na «Carta Aberta» e, portanto, não adesão à CNOP do Congresso dos Sindicatos, terminou, de forma bastante conturbada, a assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas que, na sexta-feira, à noite decorreu nas instalações da Feira Internacional de Lisboa.

A este assunto já nos referimos no sábado, sucintamente dado que à hora de encerramento dessa edição o plenário ainda decorria, sem que, até àquela hora, tivesse havido qualquer tomada de posição.

Depois de a mesa ter considerado aprovada por maioria uma moção (transformada em proposta) oriunda da reunião geral de delegados sindicais efectuada em 28 de Setembro, a qual impõe que o Sindicato não se faça representar no próximo Congresso de Todos os Sindicatos, o amplo sector da assistência que saiu vencido na votação pôs em dúvida o resultado da mesma, tendo alguns sócios chegado a confronto físico.

Dada a extrema agitação que se verificava e as ameaças de agressão que lhes eram dirigidas, os elementos da mesa abandonaram a sala, sem que se tivesse escutado, porventura devido ao enorme ruído, qualquer declaração de encerramento da assembleia.

Processo de votação gera conflitos

Deste modo, acabou, por não ser votada uma outra moção, que se encontrava já, também, na mesa, a qual apoiava a reafirmação do princípio da central sindical única e exigia que no Congresso dos Sindicatos a realizar sejam admitidos todos os sindicatos portugueses sem excepção e que na central sindical se verifique uma representação proporcional das diversas correntes, num sistema que as-

segure a democraticidade do seu funcionamento.

Refira-se que foi exactamente o processo de votação que esteve na origem dos conflitos, uma vez que o elevado número de presenças — cerca de cinco mil — o ambiente agitado da assembleia e as condições do recinto tornavam extremamente difícil uma avaliação incontroversa.

Os braços erguidos eram sempre aos milhares, quer apoiando quer rejeitando o que era posto à votação. Nem a divisão dos associados em dois blocos colocados em lados opostos do recinto nituiu uma avaliação precisa, porquanto a superfície ocupada por ambos era quase a mesma.

Entretanto, a proposta aprovada — «moção dos delegados» — determina, entre outros pontos: Apoiar intransigentemente a direcção do nosso Sindicato na luta que vem travando pela autonomia, democraticidade e unidade orgânica do movimento sindical português; identificar-se com os princípios e propostas decorrentes da Carta Aberta; não reconhecer a CNOP; não se fazer representar no Congresso e não pagar quaisquer quotas à «tersindical».

O DIA

LISBOA

18 OUT. 1976

Assembleia geral dos Bancários do Sul apoia a direcção na defesa da «Carta Aberta»

A assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, convocada para tomar posição sobre a situação actual do movimento sindical português, terminou na madrugada de sábado, na FIL, com injúrias e agressões físicas generalizadas entre os presentes (alguns milhares), depois de os corpos gerentes daquele organismo, que conduziam os trabalhos, terem considerado que fora aprovada por maioria uma proposta em que é dado apoio intransigente à direcção do sindicato, identificada com os princípios da «Carta Aberta».

Na citada proposta, aprovada anteriormente numa reunião de delegados sindicais, em 28 de Setembro passado, não é reconhecida a CNOP (Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso promovido pelas forças afectas à Intersindical) e são repudiadas «as calúnias do secretariado da Inter», bem como é decidido que o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas não participará no «II Congresso da Inter» e não pagará quaisquer quotas àquela organização «enquanto se mantiver como barreira à construção da verdadeira Central Sindical Única».

Na origem dos incidentes

registados esteve o processo de votação (por braço no ar) que, devido ao elevado número de presenças, terá deixado dúvidas nos espíritos de alguns dos opositores da proposta aprovada (afectos à linha político-sindical da Inter) os quais agrediram vários elementos dos corpos gerentes do sindicato — que tiveram de abandonar a sala e encerrar a assembleia — acusando-os de falsearem a contagem dos votos. Além disso, antes de se verificarem as primeiras agressões físicas, aqueles bancários afectos à Inter tinham chegado a cortar os fios da instalação sonora, como resposta a algumas das muitas intervenções de oradores a favor dos corpos gerentes e contra a linha «unicitária» preconizada pelos agressores.

Por outro lado, a aprovação da citada proposta veio automaticamente dispensar a votação de outras propostas, apresentadas pelos «unicitários», dado que haviam sido colocadas em alternativa (pelas suas orientações antagónicas) relativamente àquela, o que contribuiu para a exaltação dos ânimos.

Observadores não deixam, porém, de salientar que os conflitos gerados na assem-

bleia dos bancários se inserem numa estratégia global da linha da Inter que visa desmontar alguns dos principais bastiões dos sindicatos democráticos em vésperas do anunciado Congresso, valendo-se de uma sólida estrutura de apoio e da falta de mobilização que, em grande parte, continuam a demonstrar os trabalhadores democratas deste país. Outro dos alvos da referida escalada tem sido o Sindicato dos Escritórios de Lisboa onde a linha «unicitária» tem contestado duramente a orientação seguida pelos seus corpos gerentes, e já conseguiu fazer aprovar em reuniões pouco representativas, propostas em que é exigida a desvinculação daquele sindicato relativamente à «Carta Aberta».

Mas, não deixa de ser significativo que, depois de os corpos gerentes dos Escritórios terem proposto um referendo entre os associados do Sindicato para que se pronunciem (representativamente) acerca da orientação que tem seguido, os defensores da linha «unicitária» tenham vindo ultimamente a tornar públicos comunicados de protesto contra aquela intenção dos sindicatos.

«Carta aberta» reúne hoje

Lute
18/10/76

• Bancários do Norte esclarecem

A hora em que encerramos esta edição encontra-se reunida a Comissão de Redacção da «Carta Aberta», que deverá proceder a uma análise da actual situação do movimento sindical. Entre os temas a abordar destacam-se, para além do significado das assembleias gerais ocorridas nos Sindicatos dos Escritórios de Lisboa e Bancários do Sul e Ilhas, a possível realização de um novo encontro dos sindicatos aderentes a subscritores da «Carta Aberta» e o plenário de sindicatos que o Secretariado da Inter-sindical convocou para o próximo dia 23.

Entretanto, e enquanto os bancários do centro realizam hoje uma assembleia geral sobre o Congresso dos Sindicatos, a direcção e a mesa da assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas promovem amanhã pelas 9.30 horas uma importante conferência de imprensa.

BANCARIOS DO NORTE 2.º CLARECEM «O DIÁRIO»

Ao contrário do que afirma «O Diário» da manhã, o Sindicato dos Bancários do Norte não abandonou o grupo da

«Carta Aberta», uma vez que a respectiva direcção nunca formalizou a sua adesão àquele documento, mantendo-se apenas com o estatuto de observadora. Este esclarecimento foi-nos prestado esta manhã por um dirigente dos Bancários do Norte, que acrescentou, comentando a notícia daquele matutino: «Essa afirmação serve para lançar ainda mais a confusão no movimento sindical português. Não abandonámos a «Carta Aberta» porque nem sequer aderimos a ela».

O documento aprovado na assembleia geral do Sindicato — esclareceu o mesmo dirigente — deve ser interpretado pois com uma declaração de princípios. Votado no início da madrugada e por voto secreto, a moção, onde se apela «a participação do seu Sindicato no Congresso de todos os sindicatos», foi aprovada por 439 votos contra 364, com duas abstenções e três votos nulos.

A direcção dos Bancários do Norte deverá reunir em breve para tomar uma posição face ao problema criado e deliberar finalmente sobre a sua adesão, ou não, à «Carta Aberta».

Imovo 18/10/76

Congresso dos Sindicatos: Bancários do Norte decidem participar

Reunidos em Assembleia Geral do Sindicato, os Bancários do Norte aprovaram por escassa maioria uma moção que preconiza a participação daquele sindicato «no Congresso de todos os sindicatos, para a reestruturação da Confederação-Geral dos Sindicatos Portugueses». A mesma moção «encarrega a direcção de desenvolver esforços, no sentido de combater o pluralismo sindical e todas as iniciativas que levem à formação de blocos, devendo participar apenas em reuniões que sejam abertas a todos os sindicatos» e, num outro ponto, exige que aquela «dinamize por todas as formas ao seu alcance, a preparação do Congresso».

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA 31/76

Nos termos do art.º 34.º dos Estatutos do Sindicato convoco a Assembleia Geral do Organismo para uma reunião a realizar no próximo dia 20/10/76, pelas 20.30 horas, no edifício do INATEL, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Congresso dos Sindicatos — discussão e aprovação do Regulamento.
- 2.º — Federação da Construção Civil — discussão e aprovação sobre a adesão do nosso Sindicato.
- 3.º — Informações.

Nota: É indispensável a apresentação do cartão de sócio. Setúbal, 8/10/76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Domingos Baião Pires

Trabalhadores dos CTT contra «Carta Aberta»

O Secretariado Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações divulgou as propostas e moções aprovadas no Plenário de 10 de Outubro. Dessas propostas destaca-se a que exige que aquele Secretariado conjuntamente com os Secretariados

Regionais se integrem nos plenários de sindicatos que se realizem para preparar o Congresso dos Sindicatos e aí defendam «as decisões dos seus filiados». Nos considerandos desta moção, que

viria a ser aprovada apenas com 7 votos contra e 1 abstenção, acusa-se o Secretário do SNTCT de ter contribuído para a divisão, pois, sabendo-se à partida que os trabalhadores se encontram divididos por várias linhas político-sindicais, aderiu o SN a uma «Carta Aberta» — em que para tal tenha submetido

esta questão à apreciação dos trabalhadores».

Uma outra moção protesta contra a revogação da lei da unicidade sindical, afirmando estar os trabalhadores «firmemente dispostos a pôr a unicidade sindical na lei, denunciando o primeiro Governo e todos aqueles que perante ele capitularem e aceitarem as suas medidas anti-populares, como estando ao serviço dos patrões e contra os trabalhadores». Esta moção foi aprovada por maioria, com quatro votos contra e 10 abstenções.

O SNTCT enviou recentemente um ofício aos Ministros dos Transportes e Comunicações e do Trabalho, no qual se responsabiliza aqueles Ministérios «pelas consequências imprevisíveis que podem advir do impasse em que estão as negociações do Acordo Colectivo de Trabalho».

Imovo 18/10/76

B.

SINDICATO DOS ESTUCADORES, TROLHAS E PINTORES DO DISTRITO DO PORTO

Imovo
18/10/76

CONVOCATÓRIA

Pelo qual, em conformidade com os estatutos do Sindicato dos Estucadores, Trolhas e Pintores do Distrito do Porto, artigos 1.º, 1.ª alínea b) e artigo 27.º, convoco a Assembleia Geral em sessão extraordinária para o dia 30 de Outubro de 1976, pelas 16 horas, nas instalações do INATEL, à Batalha, n.º 32, nesta cidade, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Projecto de regulamento do Congresso de todos os Sindicatos.
- 2.º — Informação sobre CCT Vertical da Construção Civil.

NOTA: Entrada só facultada a sócios portadores do cartão

NÃO AO PLURALISMO SINDICAL
SIM À UNIDADE SINDICAL
EM FRENTE PELA CENTRAL
ÚNICA DOS SINDICATOS
SÓ UNIDOS VENCEREMOS

Porto, 12 de Outubro de 1976

ASSEMBLEIA GERAL
O SECRETÁRIO
Francisco dos Santos Pereira

SINDICATOS NORTENHOS ADEREM AO CONGRESSO

capitulado 18/10/76

MAIS três sindicatos nortenhos — Bancários, Calçado e Afins e Tapeçaria, Cordoaria e Similares do Norte, todos com sede no Porto —, reunidos em assembleias gerais neste fim-de-semana, decidiram aderir ao próximo Congresso dos Sindicatos.

Das três reuniões, a mais concorrida e participada foi aquela que levou cerca de 900 bancários ao pavilhão do Académico para discutirem e tomarem posições sobre uma agenda de trabalhos que previa «Posição da direcção», «Projecto do regulamento do congresso distribuído pela C. N. O. P.» e «Posição a assumir face ao Congresso dos Sindicatos». Os trabalhos prolongar-se-iam pela madrugada toda, o que originou que, aquando da votação, pouco mais de metade dos participantes que responderam à chamada inicial estivessem presentes.

A análise dos problemas em discussão e o pluralismo de opiniões emitidas obrigaram a que os trabalhos decorressem com expectativa, sendo, depois de ampla discussão, aprovada, por escassa maioria, uma moção na qual se decidiu apoiar «a participação no congresso», «encarregar a direcção de desenvolver os esforços no sentido de combater o pluralismo sindical» e «que a direcção dinamize, por todas as formas ao seu alcance, a preparação do congresso».

O plenário do Sindicato dos Trabalhadores de Calçado e Afins decorreu na manhã de ontem, nas instalações do INATEL, no Porto, tendo-se o mesmo pronunciado a favor do projecto de regulamento do congresso. De referir que o texto-base foi aprovado sem qualquer emenda, tendo obtido larga maioria de votos, pois somente existiram cinco abstenções e nenhum voto contra. Os trabalhadores decidiram ainda estar presentes no Encontro Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais, que em 6 de Novembro decorre em Coimbra, tendo aprovado duas moções. Uma de apoio à luta dos trabalhadores da panificação e outra exigindo do Governo medidas eficazes contra o crescente aumento do custo de vida e de combate à especulação.

Finalmente, os trabalhadores do Sindicato de Tapeçaria e Cordoaria e Similares do Norte aprovaram, igualmente, sem qualquer alteração, o texto base do Projecto do Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

MOÇÃO

Revisto 18/10/76

Os Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas, reunidos em Assembleia Geral, depois de analisarem o projecto de regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos e considerando que:

1 - O Congresso está aberto à participação de todos os Sindicatos Portugueses, com iguais direitos, independentemente de estarem ou não filiados na Intersindical Nacional.

2 - O Congresso permitirá a discussão franca e aberta de todas as questões que preocupam os trabalhadores portugueses e o seu Movimento Sindical.

3 - Nada justifica a acção paralela das direcções subscritoras da «Carta Aberta», pois é dentro das estruturas do Movimento Sindical que os problemas dos trabalhadores devem ser discutidos.

4 - A paridade é um problema falso, que objectivamente camufla a pretensão de representatividade superior àquela que realmente têm no Movimento Sindical e por outro lado uma tentativa de tornar a CNOC inoperante e assim protelar a realização do Congresso.

5 - Existe uma Central Única dos Sindicatos Portugueses, criada no tempo do fascismo e contra o fascismo e tem sabido armar os trabalhadores nas suas lutas pela melhoria das suas condições de vida, pelas conquistas populares e seu aprofundamento na perspectiva da construção da sociedade socialista.

6 - Esta batalha travada pelos subscritores da «Carta Aberta» insere-se numa grande ofensiva de recuperação capitalista e serve objectivamente os interesses da CAP, CIP e restantes inimigos dos trabalhadores.

PROPOE-SE:

1 - Que o nosso Sindicato continue a trabalhar activamente na Comissão Dinamizadora Distrital.

2 - Que se aprove o Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos, excluindo as propostas alternativas que o mesmo contém.

3 - Que se condene a acção desagregadora e divisionista do grupo habitualmente conhecido por «Carta Aberta», e exortá-lo a participar no Congresso de Todos os Sindicatos «Pela Unidade dos Trabalhadores, Pela Reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses» e a aceitarem democraticamente as suas decisões.

4 - Repudiar todas as tentativas de construção de Centrais e Sindicatos paralelos, pois nessa situação, os trabalhadores, divididos, não teriam a força necessária para melhorarem as suas condições de vida, conquistar legislação de trabalho digna, defender as liberdades democráticas e sindicais, as conquistas populares, assim como a criação de condições que permitam o avanço para uma sociedade liberta da opressão e exploração capitalista.

5 - Que esta moção seja amplamente divulgada e enviada para as seguintes organizações:

INTERSINDICAL NACIONAL
COMISSÃO DE REDACÇÃO DA CARTA ABERTA

Voz do Operário, 14 de Outubro de 1976

(Seguem-se 27 assinaturas)

(Aprovada por maioria com 1 voto contra e 5 abstenções)

A UNIÃO DOS SINDICATOS DE LEIRIA CRITICA O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

D. Populer 18/10/76

O Secretariado da União dos Sindicatos dos Distritos de Leiria emitiu um comunicado em que tece diversas considerações sobre uma nota oficiosa

da Secretaria de Estado da Segurança Social afirmando, logo de início, que o despacho de 22 de Setembro último, daquele departamento, relativo à composição da comissão administrativa dos Serviços de Acção Médica Social da Caixa de Previdência de Leiria «é uma violação descarada do n.º 1 do ponto 5 da portaria 431/76».

No fundamental, o comunicado salienta que «a estratégia da Secretaria de Estado da Segurança Social pretende criar dificuldades aos nossos camaradas das comissões administrativas das Caixas de Previdência e assim impedi-los de defender eficazmente os interesses dos trabalhadores».

Quanto à eventualidade da denúncia de algumas actuações de delegados sindicais nas comissões administrativas, a que o secretário de Estado fez referência, diz o comunicado:

«A denúncia das actuações dos delegados sindicais deve ser feita na altura do cometimento das incorrecções e não segundo os interesses de ocasião, que assim não passam de actos oportunistas; exigimos que a Secretaria de Estado da Segurança Social diga publicamente aos trabalhadores o que é que esta União lhes esconde; finalmente exigimos que para dar cumprimento ao n.º 1 do ponto 5 da Portaria 431/76, os sindicatos estejam representados na comissão administrativa dos Serviços da Acção Médica Social da Caixa de Previdência do Distrito de Leiria, pelos elementos já eleitos e dos quais foi oportunamente dado conhecimento ao Ministério dos Assuntos Sociais.»

DIÁRIO POPULAR

LISBOA

18 OUT. 1976

DELEGAÇÃO DA INTER REGRESSA DO VIETNAME

Regressou da República Democrática do Vietnam a delegação da Intersindical que visitou aquele país.

A delegação da Intersindical contactou com diversas empresas, visitou Hanói e Haifong e a cidade recém-libertada de Ho Chi Minh (antiga Saigão), tendo sido a primeira delegação sindical do mundo a visitar a cidade.

Na cidade de Ho Chi Minh, a delegação sindical portuguesa foi recebida pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas que, em 30 de Abril do ano passado, libertaram a cidade de Saigão. De regresso a Hanói, a delegação da Intersindical foi

recebida por Xuan Thuy, membro do C. C. do Partido dos Trabalhadores do Vietnam que chefiara a delegação da República Democrática do Vietnam nas negociações dos acordos de Paris e ainda Hoang Quoc Viet, presidente da federação dos sindicatos do Vietnam e membro da comissão central da Frente Patriótica.

A delegação da Intersindical manteve importantes conversações com a sua congénere Vietnamita, durante as quais foram abordados diversos aspectos da actividade das duas centrais sindicais em ambos os países e analisada a situação política e sindical internacional.

Recibo
18/10/76

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO NORTE DE PORTUGAL

CONGRESSO DOS SINDICATOS

MOÇÃO

O Sindicato dos Ferrovieiros do Norte de Portugal participando activamente nos trabalhos preparatórios do Congresso de Todos os Sindicatos para a reestruturação da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses — Intersindical Nacional, promoveu nos últimos dias em toda a Zona Norte e ainda em Viseu e Aveiro, cerca de duas dezenas de plenários para discussão entre os trabalhadores de assuntos relacionados com o próximo Congresso dos Sindicatos, bem assim como para apreciação do Projecto de Regulamento do mesmo.

Nos plenários realizados, ficou bem marcada a vontade participativa dos trabalhadores e a sua firme determinação de verem reforçada a unidade do movimento sindical torno de uma forte Central Sindical.

Culminando estes plenários o Sindicato dos Ferrovieiros do Norte convocou para o passado dia 12, terça-feira, uma Assembleia Geral para discussão dos temas já referidos, e para definir uma vez mais a posição da classe face ao próximo Congresso de Sindicatos e ao respectivo Projecto de Regulamento. Ratificando as posições assumidas nos plenários, a Assembleia Geral, que contou com a participação entusiástica de mais de um milhar de trabalhadores ferroviários, definiu do seguinte modo a posição da classe:

1 — Foram veementemente repudiadas todas as manobras divisionistas que em nada têm contribuído para o reforço da unidade.

2 — Vêem nelas uma tentativa de abrir caminho, no seio do movimento sindical à ofensiva capitalista que pretende restaurar no nosso país as estruturas monopolistas, entendem ainda os trabalhadores que o enfraquecimento do movimento sindical tentado por alguns, pretende desarmar os trabalhadores perante a ofensiva legislativa do Governo que através de decretos e outras leis feitas nas costas dos trabalhadores, ataca algumas das mais importantes conquistas da nossa revolução.

3 — Apela a todos os Sindicatos e trabalhadores para que participem activamente nos trabalhos preparatórios do Congresso dos Sindicatos, empregando todos os esforços para que nenhum Sindicato fique à margem dos trabalhos, desmascarando se necessário a cegueira sectária de todos aqueles que não querem a unidade. Neste espírito, dão todo o seu apoio à Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — CNOP, em torno do qual todos os Sindicatos se devem congregam com vista ao fortalecimento do Movimento Sindical Unitário.

4 — O Projecto de Regulamento do Congresso foi aprovado pelos trabalhadores, com rejeição de todas as alternativas propostas ao texto inicial da CNOP.

Porto, 14 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO
DO SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO NORTE DE PORTUGAL

U. C. R. P. (M-L) PROPÕE FRENTE SINDICAL

É necessário constituir-se uma frente sindical que se oponha ao social-fascismo e ao fascismo, formada e unida em torno dos objectivos concretos e sentidos pela classe, segundo declarou António Pimenta, do comité central da União Comunista para a Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista), em conferência de imprensa efectuada na Casa da Imprensa. Estavam também presentes os dirigentes daquela organização, Rafael Reis e Braga.

O encontro com os jornalistas teve por fim apresentar a posição da U.C.R.P. (m-l) sobre a situação actual do Movimento Sindical e sobre o próximo congresso dos sindicatos. Relativa-

mente ao primeiro ponto, foi salientado que «a luta continua entre as facções da burguesia pela conquista e hegemonia do aparelho sindical, atirando largas

massas de trabalhadores umas contra as outras (...)» e que «os tais sindicalistas honestos e de boa-fé não estão nem nunca estiveram interessados na unidade real e efectiva da classe contra a burguesia, pelo contrário, tudo têm feito para a dividir e trair, entregando-a indefesa ou pondo-a debaixo da batuta exploradora da burguesia, colocando-a a rebouco de interesses políticos e económicos contra-revolucionários, anti-

operários e antinacionais, em particular dos social-fascistas».

Depois de considerar fundamental a constituição de uma frente sindical com as características acima indicadas, o porta-voz da U.C.R.P. apontou-lhe, entre outros objectivos, lutar por uma Central Sindical Única Democrática e contra a cisão orgânica do Movimento Sindical; pelo congresso democrático de todos os sindicatos.

capitel
8/10/76

Calçado e Afins (Porto)

— NOVO CONTRATO É PROBLEMA

• ADESAO AO CONGRESSO DOS SINDICATOS

Reunida ontem de manhã no INATEL com bastante concorrência e sob a presidência de António Saraiva, a assembleia plenária do Sindicato dos Trabalhadores de Calçado, Malas e Afins do Distrito do Porto pronunciou-se a favor do projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos. Amplamente discutidos, o texto-base apresentado pela CNOC foi aprovado por maioria (cinco abstenções), sem qualquer emenda.

O ponto mais importante da reunião plenária foi, todavia, o que se relacionava com o CCT em negociação. A Comissão Negociadora deu conta da última proposta apresentada pelo patronato, a qual não foi acei-

te pela unanimidade dos trabalhadores, devido a duas questões fundamentais: retirada de diuturnidades e alargamento do leque salarial. As negociações do contrato prosseguem na quarta-feira, tendo sido marcada nova assembleia geral para domingo próximo, para apreciação e debate da questão.

Foi decidido depois que o Sindicato se fará representar no Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais e Comissões de Trabalhadores, a realizar no dia 6 de Novembro, em Lisboa, assegurando transporte a todos os que queiram deslocar-se.

A assembleia aprovou ainda duas moções: uma de apoio à luta dos trabalhadores da panificação, responsabilizando o Governo pela crítica situação criada (greve); outra exigindo ao Governo medidas eficazes contra o crescente aumento do custo de vida e de combate à especulação; para defesa dos trabalhadores com ordenados frágéis, como são também os do calçado, malas e afins, entre muitos outros.

Tapeçaria e Cordoaria — Sindicato do Norte a favor do Congresso

Em assembleia geral extraordinária reunida ontem, de manhã, na sede do Sindicato do Vestuário, os trabalhadores do Sindicato de Tapeçaria Cordoaria e Similares do Norte aprovaram, sem qualquer alteração, o texto-base do Projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos apresentado pela Comissão Nacional Organizadora do Congresso.

Dirigiu os trabalhos o presidente da A. G., Caetano Gonçalves Amorim, secretariado por Joaquim Matos Ferreira e Joaquim Sousa Teixeira. Foram ainda prestadas informações sobre o modo como estão a decorrer as negociações dos CCT: Tapeçaria e Cordoaria, incluídos no Contrato Vertical do sector Têxtil, Pincelaria, Escovaria e Vassouraria.

• O Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Centro convocou um plenário dos trabalhadores da zona de Coimbra, para amanhã, às 21 horas, na sede daquele sindicato, à Rua Simões de Castro, 159-1, com a seguinte ordem de trabalhos: Congresso dos Sindicatos; Informações.

• Hoje, às 21 horas, no INATEL, efectua-se uma Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Bancários do Centro, para discutir e deliberar sobre o projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos.

• Num monitor de um estabelecimento da Rua da Sofia, foram expostas as vinte e cinco taças e vinte e cinco medalhas a disputar no concurso de pesca aos robaletes, que a Secção do Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Coimbra promove no próximo dia 24, nos Barracões, Figueira da Foz, tendo para esse efeito abortado as inscrições na sede desse organismo.

• Seguiu para o México, a fim de participar no Congresso Mundial de Obstetrícia e Ginecologia, o prof. dr. Mário Mendes, da Faculdade de Medicina de Coimbra e presidente da Sociedade Portuguesa daquelas especialidades.

• O Rancho Folclórico Juventude, de Taveiro, promove, hoje, um convívio entre sócios e componentes daquele conjunto para comemorar o seu primeiro aniversário.

• Hoje, às 21 horas, na Associação Comercial e Industrial de Coimbra realiza-se a eleição do Sector de Mercaria, Cereais, Legumes e Frutas. Será a primeira das direcções dos nove sectores daquele organismo a ser eleita.

Recibo 18/10/76

As ingerências no Movimento Sindical

CAIANO PEREIRA

«As associações sindicais são independentes do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas, sendo proibida qualquer ingerência destes na sua organização e direcção (...)», diz a lei, acolhendo a vontade e firme determinação dos trabalhadores. Não há uma única voz, tanto a nível do aparelho de Estado como dos partidos e da Igreja, a contrariá-lo. Também a lei afirma a incompatibilidade do exercício dos cargos em corpos gerentes de associações sindicais com o exercício de quaisquer cargos de direcção em partidos políticos, prevenindo penalizações para as infracções a estes preceitos com multa de 10 a 1000 contos e pena de prisão de 3 dias a 2 anos.

No entanto, estes princípios fundamentais do movimento sindical têm vindo a ser constantemente infringidos na prática, sobretudo da parte de determinados partidos políticos e, curiosamente, por sectores que deles mais formalmente se reclamam.

Principalmente após a campanha desencadeada em Janeiro de 1975 a propósito da Lei das Associações Sindicais, as eleições para os sindicatos e a própria vida sindical passaram a ser fortemente pressionadas por factores de ordem partidária.

O Movimento Sindical Português, de fortes tradições unitárias, viu-se, assim, confrontado, por razões exteriores à sua própria dinâmica, com dificuldades que em alguns sindicatos se têm revelado extremamente gravosas para os trabalhadores.

Determinadas forças políticas, ao proibirem militantes seus de participarem em listas unitárias para os corpos gerentes dos sindicatos (ameaçando-os de expulsão ou expulsando-os mesmo quando persistiram na orientação que lhes parecia justa), não só atentaram gravemente contra princípios fundamentais do Movimento Sindical já referidos, como afectaram de forma decisiva a qualidade da acção sindical desenvolvida.

Nos sindicatos em que isso se verificou, o afastamento de quadros com experiência sindical e de militantes que nos vários planos do trabalho sindical (delegados sindicais, membros de grupos de trabalho, condutores de lutas nos locais de trabalho) de alguma forma se haviam evidenciado, determinado pela preocupação de constituição de listas obedecendo exclusivamente a critérios de ordem partidária, conduziu ao bloqueamento da vida sindical e à desmobilização dos trabalhadores.

Mas a ingerência dessas forças políticas na vida sindical não ficou por aí: da identificação de listas com partidos políticos (chegando-se ao ponto de se anunciarem essas listas nos órgãos oficiais de partidos), ao apelo público da parte de partidos na votação numa determinada lista, até às frequentes fomadades de posição de dirigentes partidários em assuntos concretos da vida sin-

A «CARTA ABERTA»

A nível global o caso que melhor ilustra a situação descrita é a posição do grupo conhecido por «Carta Aberta» quanto ao Congresso Sindical. O apelo público «Carta Aberta» surge da resolução tomada em fins de Janeiro numa reunião de dirigentes sindicais socialistas realizada em Aveiro, como forma de pressão para a convocação do Congresso Sindical («criação de um projecto de apelo a todos os sindicatos e trabalhadores» e «apelo à rápida convocação do Congresso» — «Portugal Socialista» de 4-2-76).

A nível do Movimento Sindical chegou-se há muito a consenso quanto à realização do Congresso e aos aspectos práticos da sua organização.

No entanto, o grupo «Carta Aberta» persiste em manter-se de fora das estruturas sindicais e serve-se de todos os processos para tentar legitimar o seu afastamento dos trabalhos preparatórios em curso do Congresso. Tudo vale desde o retomar de alianças anteriores e formalmente rejeitadas, a fortes campanhas nos órgãos de Informação explorando motivações partidárias e conotações anticomunistas à custa do dinheiro dos trabalhadores, à utilização de processos estranhos à prática sindical, como a difusão de abaixo-assinados nos locais de trabalho, servindo-se em casos confirmados, para esse efeito, de aparelhos partidários, até ao completo desprezo pelas mais elementares regras de democracia sindical, numa prática muito próxima da que antes do 25 de Abril se verificava em alguns desses sindicatos.

O único pretexto hoje invocado pelos sindicatos da «Carta Aberta» para a sua actuação é a constituição da Comissão Organizadora do Congresso, em que exigem a paridade, isto é, que a mesma seja composta metade por sindicatos seus e outra metade pelos restantes.

A «divergência» havia entretanto sido remetida para a Reunião Geral de Sindicatos realizada no dia 4 de Setembro (a que os da «Carta Aberta», «democraticamente» não compareceram, apesar de se terem comprometido na sua realização), onde 168 sindicatos rejeitaram a paridade e procederam à eleição da Comissão Nacional Organizadora Privisória (C.N.O.P.) do Congresso, em que foram incluídos todos os sindicatos da Comissão de Redacção da «Carta Aberta».

Estes, reunidos em Coimbra em 13 e 14 de Setembro de 1976, decidiram não participar na C.N.O.P., repetiram os chamões habituais em relação aos restantes («golpistas», «chanhistas», «totalitários», «linha de tração», «divisões», etc.), chegaram ao desdouro de os pôr ao nível dos sindicatos corporativos.

Essa decisão é tomada por 29 sindicatos, que, contudo, insistem na paridade...

Este movimento tem vindo a ser conduzido por direcções sindicais constituídas maioritariamente ou exclusivamente por militantes do PS.

A sua posição, insustentável em termos sindicais, decorre da tática adoptada pela direcção do PS, que considerará ser benéfica para os seus interesses, se não a constituição a curto prazo de uma segunda Central Sindical (hipótese desmentida repetidamente, talvez por não merecer acolhimento a nível das bases), pelo menos a existência de um bloco fora do movimento sindical, que sirva de tampão às iniciativas menos populares do Governo PS.

São estes os propósitos de que os trabalhadores se estão cada vez mais a aperceber e daí o movimento crescente de repúdio que as direcções sindicais da «Carta Aberta» estão a encontrar a nível das respectivas bases.

A recente revogação dos preceitos legais que proibiam a criação de organizações sindicais paralelas (unicidade sindical) insere-se nesse mesmo contexto.

INGERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NOS SINDICATOS

A nível de ingerência em situações concretas da actuação dos Sindicatos, poderíamos apresentar extensa lista de exemplos.

Recordemos apenas 3 de processos ainda em curso:

1 — A Federação da Área Urbana de Lisboa do PS acusa os dirigentes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa de prática objectivamente aventureira, prática essa que não se identifica com os ideais perfilhados pelo PS, isto pelo seu acordo irresponsável às acções em curso de contestação à política do MEIC (J. Novo de 9/10/76). O PS procura, assim, pressionar um Sindicato a calar-se em face de medidas tomadas pelo Governo; 2 — Dirigentes do mesmo partido intervierem advogando determinados critérios em relação às próximas eleições do Sindicato da Função Pública e militantes seus tomaram posições públicas fora das estruturas sindicais sobre a mesma matéria, ambos pressionando o Sindicato no sentido da adopção de práticas abertamente contrárias às regras não só sindicais, como do associativismo em geral;

3 — Já referimos a prática generalizada da ingerência partidária em eleições sindicais. O que se está a passar quanto às eleições para o Sindicato da Indústria Hoteleira de Lisboa é disso exemplar.

A entrevista dada ao «Jornal Novo» de 8 do corrente pela lista B (em seguimento a entrevistas anteriores em «A Luta» e «O Dia») abre totalmente o «jogo». Não tendo razões consistentes de ataque à prática sindical da direcção em exercício e sendo obrigados a reconhecer que a lista que esta patrocina é unitária (as filiações ou simpatias dos elementos que a integram são bastante diversificados, afirmam em resposta à pergunta do entrevistador que refere englobar a mesma elementos do

PC, do PS e do PSD), insistem em referências tendentes a demonstrar que a sua «ideologia socialista» é mesmo, a oficial. E apresentam «provas», para que não haja dúvidas: «todas as nossas reuniões têm o apoio moral do Centro de Estudos Sindicais (do PS) e desde sempre eles nos têm dado o nosso apoio», «não pudemos participar no curso de formação para sindicalistas (do PS) na altura em que ele se realizou», «temos connosco um rapaz chamado Cipriano de Oliveira» (agora do PS), citam o caso de militantes do PS que fazem parte de outra lista, como Vitor Martins «que fez parte da Comissão Coordenadora do PS para a Hotelaria» como tendo «traído 80 por cento da classe que é de facto socialista»...

INGERÊNCIA DO GOVERNO

Outro aspecto não menos grave que se tem vindo a verificar com insistência desde a posse do I Governo Constitucional: a ingerência do aparelho de Estado no movimento sindical.

Um exemplo também de situações ainda em curso: são conhecidas publicamente as iniciativas do movimento sindical sobre a nota oficiosa do Ministério do Trabalho de 13 de Setembro (dando um prazo de 15 dias aos trabalhadores para «sugestões, propostas ou projectos» sobre projectos de decretos-leis relativos a diversas matérias, e cujos textos não eram dados a conhecer) e sobre o comunicado do Conselho de Ministros do dia 30 (de que constava a aprovação de projectos referidos na nota oficiosa e de outras medidas sobre problemas de trabalho).

Entretanto o «Diário de Notícias» do dia 5 noticiava que a Direcção do Sindicato dos Escritórios solicitava uma audiência ao ministro do Trabalho a fim de expressar o seu desacordo quanto ao prazo de 15 dias. Essa entrevista realizou-se no dia 8, incluindo 2 outras direcções sindicais socialistas, Bancários e Comércio. O último telejornal desse dia, dando grande espaço ao «acontecimento», abria com o senhor ministro a declarar que tinha recebido os sindicatos da «Carta Aberta», pois já tinha recebido os do Secretariado da Intersindical, etc. Que «havia dificuldades na consulta ao movimento sindical que não estava unificado», etc. etc.

O senhor ministro cometeria grave ingerência na vida sindical ao pôr no mesmo plano a Central Sindical e um grupo minoritário de sindicatos que por razões partidárias (do seu Partido) a contestam, dizendo ao mesmo tempo que o movimento sindical não estava unificado.

Um dos dirigentes sindicais aludia, na ocasião, «às suas preocupações sobre o que se está a passar no INATEL». Curiosamente o «Jornal Novo», do mesmo dia afirmava que «os sindicatos da «Carta Aberta» tinham o direito de se fazer representar na Comissão Administrativa daquele Organismo...».

Aliás, e ainda em relação ao senhor ministro, no telejornal da véspera, quando o repórter se referiu «à movimentação dos trabalhadores que contes-

tam a legitimidade dos decretados», interrompeu perguntando: «a Intersindical?» Apesar da resposta: «e não só...» Marcelo Curto respondeu com a mesma isenção referida anteriormente: «A Intersindical toma a sua responsabilidade e nós tomamos as nossas»...

As consequências de todo este contexto são tais que a Direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, cuja liderança no processo da «Carta Aberta» é bem conhecida e que já viu a sua posição inequivocamente derrotada em 2 plenários de Delegados Sindicais por ela própria convocados, se atreve a acompanhar a convocação da Assembleia Geral a realizar no dia 14 (convocada por 226 associados, ao abrigo dos estatutos, para o dia 13 de Setembro e marcada «democraticamente», para um mês depois, segundo os mesmos métodos legalistas seguidos nesse sindicato antes do 25 de Abril) de comunicados diários, pagos a dezenas de contos pelos trabalhadores, em que se chega ao ponto de tratar os sócios que sobre o problema concreto do Congresso discordam da sua actuação, de INIMIGOS!... («DL», «DP» e «Capital», de 9/10/76).

... E até o «Jornal Novo», geralmente considerado como porta-voz do patronato, se atreve a propor o tipo de organização sindical mais conveniente para os trabalhadores portugueses, isto depois de dar os parabéns ao Governo por ter revogado «a chamada lei da Unicidade Sindical» («J.N.», de 4/10/76).

POR UM MOVIMENTO SINDICAL COESO

Com este texto não se pretende acentuar antagonismos em relação aos militantes do PS que têm actividade sindical.

O que se considera um dever neste momento em que situações graves podem decorrer de actuações menos pensadas em termos de salvaguarda da Unidade do movimento sindical, é alertar todos os militantes e activistas sindicais para um aspecto fundamental: a diferenciação da militância política (que nada obsta, pelo contrário, que exerçam activamente nos partidos que escolheram), da militância sindical.

Muitos há que a manterem a posição actual de pretendem impor no movimento sindical directrizes partidárias inconsequentes, pondo acima dos interesses dos trabalhadores pseudo-interesses partidários, estão a cavar a sua própria sepultura. Mas entretanto produzem danos graves.

A evolução da situação política — o avanço da direita, as tentativas de recuperação capitalista, os ataques à Constituição — torna os trabalhadores cada dia mais conscientes das pressões que estão a ser exercidas sobre o movimento sindical. Os trabalhadores estão em muitos Sindicatos a cortar o mal pela raiz e continuam a fazê-lo. A coesão do movimento sindical é decisiva para a defesa das conquistas da revolução, para impor o cumprimento da Constituição, para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Por isso mesmo a divisão do movimento sindical só interessa aos seus inimigos.

Sindicato dos Escritórios de Coimbra vai decidir sobre participação no congresso

* Direcção atenta às manobras dos golpistas

«A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do distrito de Coimbra mantém uma opção que significa a realização de um Congresso de todos os sindicatos portugueses, um Congresso que tenha à sua volta todo o movimento sindical e onde possam estar representadas todas as linhas de corrente sindical que existam, efectivamente, neste País. É que se formos menosprezar algumas linhas em favor de outras, condenaremos, à partida, a democraticidade desse Congresso — começou por nos dizer Virgílio Valente, dirigente daquele organismo, quando lhe solicitámos que nos elucidasse sobre a actual posição dos «Escritórios» de Coimbra relativamente à «Carta Aberta», sabido como é que foi um dos primeiros sindicatos a subscrevê-la.

«A nossa linha sindical — continuou — apontava já, quando fomos eleitos em 28 de Fevereiro, para uma linha sindical de unidade. Nós somos acérrimos defensores da unidade dos trabalhadores, somos contra o pluralismo. Aliás, os nossos próprios estatutos defendem a unidade sindical e não o pluralismo sindical.

O nosso programa, portanto, é pela unidade sindical. Como tal, achamos que, para construir essa verdadeira unidade sindical, se torna necessário a realização de um verdadeiro Congresso, onde se pudesse criar a unidade na base de princípios que unem todos os trabalhadores.»

Referindo-se à convocação de uma assembleia geral (que se realiza amanhã, dia 20, pelas 21 horas, no INATEL), Virgílio Valente afirmou-nos:

«Não precisávamos de consultar a classe posteriormente à nossa subscrição da «Carta Aberta», porque este documento contém implicitamente os nossos princípios os princípios do nosso programa, programa pelo qual fomos eleitos pela maioria esmagadora (64,2%) dos trabalhadores deste sindicato. Logo, parece-nos que não havia necessidade de auscultarmos a classe sobre a nossa adesão à «Carta Aberta».

Entretanto, devido à radicalização assumida pelo Secretariado da Intersindical, não aceitando a participação de todas as correntes de opinião sindical, por se dizer estar na maioria no movimento sindical, maioria numérica, que não maioria real, nós entendemos ser nosso dever ouvir a opinião dos trabalhadores, esclarecê-los sobre o movimento sindical português. Aqui está a razão de ser da convocatória.»

E, explicando melhor, acrescentou:

«Nós pensamos que o Congresso terá que ser, à partida, democrático, independente, apartidário e essencialmente congregador de toda a unidade dos trabalhadores. Por isso, resolvemos convocar uma assembleia geral, de modo a auscultar a vontade dos trabalhadores, para nos darem uma opinião, para nos fornecerem uma orientação mais concreta sobre o Congresso dos Sindicatos. Não o precisávamos de fazer repito, porque a política do nosso programa de acção, aceite pelos trabalhadores que nos elegeram, é perfeitamente coordenada com a política sindical inscrita pelo documento chamado «Carta Aberta».

Um outro dirigente sindical, João Coelho, que acedeu também a falar para «A Luta», condenou o golpismo de de-

terminada corrente nestes termos:

«São inconcebíveis, e de forma nenhuma as podemos aceitar, manobras golpistas como as que se verificaram numa reunião recente, onde uma determinada corrente (aquela minoria que pretende destruir todas as conquistas democráticas dos trabalhadores, que quer impor a sua vontade expressa através duma certa e determinada orientação) nos pretendeu esmagar, de forma inequívoca. Isto passou-se na sede dos Bombeiros Voluntários de Coimbra.»

Voltando a intervir, Virgílio Valente acrescentou a propósito:

«Nós condenamos, essencialmente, aqueles pseudo-trabalhadores que vão às assembleias ou provocam reuniões, para derrubar direcções sindicais, através de todo o tipo de golpes e de oportunismos.

Também sabemos que neste momento interessa a essa minoria fazer com que caiam direcções sindicais, para assim conquistar determinadas posições no movimento sindical português. Porém, nós somos uma direcção democraticamente eleita, eleita pelo voto secreto e directo dos trabalhadores, representamos a vontade dos próprios trabalhadores, representamos um programa de acção. Não nos apresentamos como golpistas ou oportunistas, antes respeitamos sempre a vontade dos trabalhadores. E respeitamos, de tal maneira que vamos directamente aos trabalhadores auscultar a sua vontade, beber a sua orientação.»

Por fim, José Simões, igualmente membro da direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Coimbra, aproveitou a ocasião e lançou o seguinte apelo:

«Dentro dos princípios atrás expostos, nós recorremos aqui para toda a massa associativa, no sentido de comparecer em bloco nesta Assembleia, já que, se fomos eleitos pela maioria dos associados, temos que contar sempre com o seu apoio e colaboração. É que poderá acontecer ir por água abaixo o espírito que anima esta direcção, se os associados afectos aos nossos princípios sindicais não comparecerem amanhã, pelas 21 horas, no salão do INATEL, junto à Estação Nova.»

F. C.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS

DE ESCRITÓRIO

Lute 19/10/76

DO DISTRITO DE SETÚBAL

Sede: Avenida 5 de Outubro, 87-1. — SETÚBAL — Telef. 22724

COMUNICADO

De acordo com o compromisso assumido pela Mesa da Assembleia Geral deste Sindicato, reunida em sessão extraordinária no passado dia 13.OUT.76, no Salão INATEL em Setúbal, tornamos públicas as decisões que resultaram da primeira parte da referida reunião:

- 1.ª — A reunião desta Assembleia Geral, terá continuidade, com a mesma Ordem de Trabalhos, no próximo dia 20.OUT.76 pelas 21 horas nas instalações do INATEL;
- 2.ª — Foi deliberado que o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal se desvinculasse da CARTA ABERTA, a que tinha aderido por iniciativa e deliberação da Direcção;
- 3.ª — Foi deliberado que este Sindicato se integrasse, imediatamente na Comissão Dinamizadora Distrital e participasse nos trabalhos em curso;
- 4.ª — Que fossem distribuídos pelos trabalhadores representados por este Sindicato os projectos de Regulamento para o Congresso dos Sindicatos, a fim de o mesmo ser analisado e discutido nos locais de trabalho e serem presentes os respectivos resultados à segunda parte dos trabalhos da Assembleia Geral a realizar em 20.OUT.76;
- 5.ª — Foi, ainda, aprovada uma Moção com o seguinte teor:

Considerando que:

- a) A Direcção do Sindicato tem tido atitudes menos correctas, não sendo ouvidos os trabalhadores;
- b) A Direcção do Sindicato tem tomado decisões de cúpula, sem consultar previamente os trabalhadores;
- c) Em nome dos trabalhadores tem alinhado em posições divisionistas e extremamente nefastas para o Movimento Sindical.

O Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária em 13.OUT.76, nas instalações do INATEL em Setúbal, DECIDEM:

- 1.ª — Que a Direcção abandone as reuniões da Carta Aberta;
- 2.ª — Que a Direcção passe a fazer parte da Comissão Dinamizadora Distrital para o Congresso;
- 3.ª — Que a Direcção distribua a todos os trabalhadores o Projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos;
- 4.ª — Que fique marcada a data para a continuação desta nossa reunião de Assembleia Geral Extraordinária para o próximo dia 20.OUT.76 na qual será aprovado o Regulamento do Congresso.

Salão do INATEL em Setúbal, 13 de Outubro de 1976.

- 6.ª — Finalmente, deliberou-se que as decisões tomadas até à interrupção dos trabalhos fossem tornadas públicas através dos órgãos de informação.

NOTA: — A Mesa da Assembleia Geral, tendo tomado conhecimento de que alguns representantes da Imprensa foram impedidos de entrar na sala onde se realizou a reunião, esclarece que, tal atitude não foi resultado de uma sua decisão e lamenta a ocorrência.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Artílio Vasco do Pinho Bastista